



Ministério da Saúde

**FIOCRUZ**

**Fundação Oswaldo Cruz**



ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE  
JOAQUIM VENÂNCIO

Vênus Ferreira Gomes Sant'Anna

ECONOMIA BRASILEIRA E SEGURANÇA ALIMENTAR:  
uma análise temporal de 1994 a 2022

Rio de Janeiro

2022

Vênus Ferreira Gomes Sant'Anna

ECONOMIA BRASILEIRA E SEGURANÇA ALIMENTAR:  
uma análise temporal de 1994 a 2022

Monografia apresentada à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – Fundação Oswaldo Cruz (EPSJV-Fiocruz) como requisito parcial para aprovação no Curso Técnico em Gerência em Saúde.

Orientador(a): Páulea Zaquini

Co-orientador: Filipe Santos

Rio de Janeiro  
2022  
Vênus Ferreira Gomes Sant'Anna

ECONOMIA BRASILEIRA E SEGURANÇA ALIMENTAR:  
uma análise temporal de 1994 a 2022

Projeto de Monografia apresentado como requisito  
parcial para aprovação no Curso Técnico em  
Gerência em Saúde.

Aprovado em 25/11/2022

BANCA EXAMINADORA

---

Páulea Zaquini Monteiro Lima  
EPSJV/FIOCRUZ

---

Filipe da Silva Santos  
EPSJV/FIOCRUZ

---

Renata Rufino Amaro  
EPSJV/FIOCRUZ

Rio de Janeiro

2022

*Dedico esse trabalho á  
todos os trabalhadores que constroem esse País  
diariamente.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço aos meus pais e as minhas irmãs por todo o apoio emocional e econômico, e por não me deixarem desistir e por me fazerem enxergar que só a educação transforma e que sem ela eu não estaria aqui.

Agradeço aos meus orientadores, com quem compartilhei ideias e construções durante esses meses. Sou imensamente grata por vocês terem me auxiliado nessa parte importantíssima da minha formação e mais uma vez agradeço a disponibilidade desde o início.

Agradeço a todos os meus amigos. Entre todo o desespero da elaboração deste trabalho foram essenciais para me manter confiante. Aos meus amigos da EPSJV, sou grata por todos os momentos que compartilhei com vocês desde o primeiro ano.

***Epígrafe***

*(Ação da Cidadania)*

*Nesse momento tem*

*gente morrendo de*

*fome*

*No nosso Brasil*

*É a tristeza que a*

*sociedade consome*

*Me diz quem não viu*

*Quem tem fome tem  
pressa  
Não pode esperar  
A fome é perversa  
Não dá pra negar  
E quem alimenta esse  
monstro do mal  
É a desigualdade  
social  
(...)*

## RESUMO

Este trabalho teve a intenção de coletar dados que pudessem subsidiar discussões que relacionam ciclos econômicos no Brasil e segurança alimentar brasileira, a partir da década de 1990. Para além da utilização de referencial bibliográfico e base de dados socioeconômicos, o estudo contou com a elaboração e aplicação de um questionário que foi enviado para moradores da Região Metropolitana do Rio de Janeiro com o intuito de identificar aspectos relacionados à segurança alimentar antes e durante a pandemia da Covid-19. Dessa forma, a questão norteadora do estudo “como a economia tem afetado a segurança alimentar da população brasileira” pode ser avaliada de diferentes perspectivas, iniciando na década de 1930 com os relatos de Josué de Castro e os grupos de trabalho responsáveis pela definição do Salário-Mínimo (SM) Nacional, até os dias de hoje, com gráficos comparativos do salário mínimo (SM) ideal com o SM real, aos indicadores de segurança ou insegurança alimentar da população brasileira.

**Palavras-chave:** Segurança Alimentar. Economia Brasileira. Salário Mínimo Ideal. Custo da Cesta Básica

## LISTAS DE SIGLAS

<b>ABIA</b>	Associação Brasileira da Indústria de Alimentos
<b>CAGED</b>	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
<b>CLT</b>	Consolidação das Leis do Trabalho
<b>DIEESE</b>	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
<b>EBIA</b>	Escala Brasileira de Insegurança Alimentar
<b>FAO</b>	Food and Agriculture Organization of the United Nations (em português: Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura)
<b>FGV</b>	Fundação Getulio Vargas
<b>IA</b>	Insegurança alimentar
<b>IA GRAVE</b>	Insegurança Alimentar Grave
<b>IA LEVE</b>	Insegurança Alimentar Leve
<b>IA MODERADA</b>	Insegurança Alimentar Moderada
<b>INAN</b>	Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição
<b>IPCA</b>	Índice de preços no consumidor
<b>IPEA</b>	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
<b>LOSAN</b>	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
<b>MAPA</b>	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
<b>ODM</b>	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
<b>ODS</b>	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>PIB</b>	Produto interno bruto
<b>PLANSAN</b>	Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
<b>PNAD</b>	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

**PT** Partido dos Trabalhadores

**REDE PENSSAN** Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional

**SAPS** Serviço de Alimentação de Previdência Social

**SM** Salário Mínimo

**UE** União Europeia

**VIGISAN** Vigilância da Segurança Alimentar e Nutricional

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Salário Mínimo nominal x ideal de 1995 a 2002	24
GRÁFICO 2 - Salário Mínimo nominal x ideal com o aumento real em cada ano de 2004 a 2021	26
GRÁFICO 3 - Coeficiente da Gini de 1994 a 2014	26
GRÁFICO 4 - Desemprego no Brasil de 2003 a 2014	28
GRÁFICO 5 - Variação do Produto Interno Bruto DE 1994 a 2016	29
GRÁFICO 6 - Níveis de Segurança Alimentar e Insegurança Alimentar de 2004 a 2022	34
GRÁFICO 7 - Quantas pessoas residem na casa (incluindo você)?	37
GRÁFICO 8 - Qual a principal forma de abastecimento de água neste domicílio?	38
GRÁFICO 9 - Valor da renda bruta (somando o rendimento de todos que contribuem para renda familiar)?	40
GRÁFICO 10 - Levando em conta a situação atual da sua família, qual seria o valor mensal mínimo estimado para cobrir os gastos com alimentação de toda sua família?	41
GRÁFICO 11 - Na sua opinião, o rendimento total da sua família permite que você(s) leve(m) a vida até o fim do mês com	42
GRÁFICO 12 - Relação da quantidade de moradores com o número de responsáveis pela renda e número de pessoas que vivem da renda	42
GRÁFICO 13 - Vínculo empregatício dos responsáveis pela renda e o valor total da renda bruta dos domicílios	43
GRÁFICO 14 - Níveis de Segurança alimentar no Brasil de 2004 a 2021/2022	46

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Salário médio e população ocupada em % na Região Metropolitana do Rio de Janeiro em 2020	39
Tabela 2 - Beneficiários do Auxílio Emergencial por regiões	44

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>7</b>
<b>METODOLOGIA</b>	<b>11</b>
<b>CAPÍTULO 1 - O CONCEITO DE (IN) SEGURANÇA ALIMENTAR</b>	<b>13</b>
<b>1.1 - A (In)segurança Alimentar no mundo</b>	<b>14</b>
<b>1.2 - A (In)segurança Alimentar no Brasil</b>	<b>16</b>
<b>1.3 - Produção Alimentar no Brasil</b>	<b>18</b>
<b>CAPÍTULO 2 - ECONOMIA BRASILEIRA DE 1994 A 2022 E SEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL</b>	<b>20</b>
<b>2.1 - Da constituição do Salário Mínimo ao ano de 2002</b>	<b>20</b>
<b>2.2 - Os anos 2000</b>	<b>24</b>
<b>2.3 - A renda dos brasileiros</b>	<b>30</b>
<b>2.4 - A alimentação do brasileiros</b>	<b>33</b>
<b>CAPÍTULO 3 - PESQUISA DE CAMPO: CONDIÇÕES DE SEGURANÇA ALIMENTAR DOS MORADORES DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO</b>	<b>36</b>
<b>3.1 - Condições de moradia dos participantes da pesquisa de campo</b>	<b>36</b>
<b>3.2 - Renda dos participantes da pesquisa de campo</b>	<b>38</b>
<b>3.3 - Condições alimentares dos participantes da pesquisa de campo</b>	<b>45</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>48</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>52</b>
<b>APÊNDICE</b>	<b>64</b>
<b>APÊNDICE 1 - Questionário da pesquisa de campo: condições de segurança alimentar dos moradores da Região Metropolitana do Rio de Janeiro</b>	

## INTRODUÇÃO

O Brasil viveu sob um regime político autoritário por 21 anos (de 1 de abril de 1964 até 15 de março de 1985), período em que o país foi governado por cinco militares. Os anos de ditadura militar foram marcados por um aumento significativo da dependência tecnológica, mas também pelo chamado “milagre econômico” que ocorreu entre 1968 e 1973. Durante o período do “milagre”, o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu em média 10% ao ano. Só em 1973 a economia apresentou um aumento de 14% em toda riqueza acumulada.

Ainda que a ditadura militar tenha possibilitado um crescimento econômico significativo no período do "milagre econômico", a partilha não foi igualmente distribuída para todos. Com a política do "arrocho salarial", o salário mínimo deixou de ser reajustado com base na inflação, e por isso perdeu mais de 50% do seu valor real, o que ajudou a aumentar a desigualdade social.

A concentração de renda disparou durante os governos militares. O índice de Gini saltou de 0,50 em 1960 para 0,62 em 1977.

Apesar do crescimento econômico, o país saiu da ditadura com 95 milhões de dólares de dívida externa, adquirida através de empréstimos que até então tinham juros baixos. Em 1964 a dívida era de apenas 3,7 milhões de dólares.

Em 1988 o país passou pelo processo de redemocratização e também de abertura gradual econômica e comercial, mas foi prejudicado pela alta da inflação que perpetuou até a década de 90.

Os anos 1980 são conhecidos como “década perdida” por conta da estagnação econômica que ocorreu em alguns países da América Latina, inclusive no Brasil. O baixo desenvolvimento brasileiro, a alta dívida externa e a crônica inflação que chegou a 2500% ao ano em 1983, afetou

também o início da década de 90. A taxa anual de inflação quadruplicou entre o início de 1985 e o final de 1988 (ABREU, 1990) e atingiu 81% ao mês em março de 1990 (BAER, 1996).

A volatilidade dos preços gerou uma grande incerteza na economia. Durante 15 anos a inflação atingiu níveis muito elevados de maneira vertiginosa. Ao longo do período de hiperinflação não havia a possibilidade de fazer planejamentos para longo prazo por conta da instabilidade econômica. Tal instabilidade também afetava a vida da população, em especial dos pobres, que por conta da desvalorização do salário mínimo usava o dinheiro o mais rápido possível, muitas vezes estocando comida. Apesar do estoque de alimentos ter se tornado comum na década de 1980, nem todos os brasileiros tinham a chance de fazer o mesmo e a insegurança alimentar tornou-se recorrente. A Pesquisa Nacional sobre Saúde e Nutrição (1990), mostrou que, em 1989, 31% das crianças brasileiras com menos de 5 anos estavam em estado de desnutrição, e 5% dessas apresentavam desnutrição moderada ou grave.

Até a estabilização da moeda provocada pelo Plano Real em 1994, de 1986 a 1991, o Brasil passou por cinco planos econômicos, e todos visavam diminuir a inflação a partir do congelamento dos preços, mas fracassaram. Apesar da estabilização da moeda e da reabertura da economia por conta da negociação da dívida externa, o Plano Real não garantiu o crescimento do PIB: até 1999 o crescimento anual médio do país atingiu apenas 1,7%.

Por diversos fatores, tanto externos quanto internos, de 2000 a 2011 o crescimento econômico brasileiro foi de quase 4% ao ano, tal crescimento representou um período de grande sucesso para a economia brasileira. É válido lembrar que em 2003, Luiz Inácio Lula da Silva assumiu a presidência da República com a promessa de erradicar a fome no Brasil. Ainda no seu primeiro mandato foi criado o Programa Fome Zero, uma unificação de várias iniciativas

anteriores que visavam combater a miséria e oferecer condições dignas para garantir a segurança alimentar, sobretudo dos mais pobres.

Ao contrário das gestões anteriores, a gestão de Lula priorizou fomentar relações com países periféricos, o que levou a criação do BRICS - um agrupamento de países de mercado emergente em relação ao seu desenvolvimento econômico, formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. A relação Brasil-China, por exemplo, não se limitou somente ao contato a partir do BRICS: pelo contrário, a República Popular da China tornou-se a maior parceira comercial brasileira.

A consolidação chinesa como potência mundial foi um dos fatores externos que possibilitou que a economia brasileira apresentasse resultados positivos durante um certo tempo. Apesar da redução nos preços dos bens industriais, o boom das exportações de commodities junto da taxa de juros internacional a quase zero fez com que o Brasil saísse em vantagem por conta da alta demanda chinesa de matérias primas.

Para além do crescimento das exportações e importações, a segunda metade dos anos 2000 foi caracterizada pela expansão do mercado consumidor interno. A valorização do salário mínimo, a geração de postos de trabalho, o aumento do PIB, junto com a disponibilidade de crédito não só para as empresas (pessoas jurídicas) mas também para pessoas físicas, promoveu uma considerável melhoria na renda e na qualidade de vida das famílias mais pobres.

Em relação a qualidade de vida dos mais pobres é possível identificar uma substancial melhora na alimentação dessa parcela da população. Uma prova disso é que a taxa de subnutrição brasileira caiu de 10,7% para menos de 5% entre o ano de 2000 e 2006 (FAO, 2014).

Porém o crescimento econômico brasileiro não se sustentou por muito tempo. A década de 2011 a 2020 apresentou números ruins para a economia brasileira. Em relação ao período, a

média do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) ficou em 0,3%, segundo a Fundação Getúlio Vargas (2021).

A economia nacional não apresentava queda no PIB desde 2009, no qual houve uma queda de 0,1%. No entanto, de 2011 a 2020, o PIB apresentou queda em três diferentes anos (FGV, 2021), sendo eles em 2015 com -3,5%, 2016 -3,3%, e no último ano da década, -4%.

Relatório da ONU (2014) indicava que o país havia saído do Mapa da Fome. Tal acontecimento foi um marco para história do Brasil, que comprovou que a execução de políticas públicas Comprometidas com o bem estar de todos os brasileiros é sim possível combater a fome e a pobreza no país.

No entanto, infelizmente, o país tem vivido uma constante montanha russa e o período de crescimento econômico, com melhoria social não durou muito tempo. Com o agravamento da crise política-econômica iniciada em 2014 e por conta de fatores externos, entre eles a crise gerada pela pandemia do Covid-19, o Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (2021) indicou que 33 milhões de brasileiros passaram fome em 2021.

Diante do apresentado, a pesquisa será desenvolvida de acordo com a seguinte questão norteadora: *Como os ciclos econômicos têm afetado a segurança alimentar da população brasileira?*

## **METODOLOGIA**

O método de pesquisa utilizado neste estudo foi combinado entre pesquisa qualitativa e quantitativa (quali-quantitativa). Para avaliar possíveis impactos da economia sobre a segurança alimentar brasileira foram analisados os valores do salário mínimo, real e ideal, de 1994 a 2022, calculado mensalmente pelo DIEESE. Também foi realizada análise para comparar o valor do salário mínimo real com o valor necessário para a aquisição da cesta básica: tal análise foi construída a partir do levantamento de bibliografias e de dados do IBGE, IPEA e DIEESE.

Salvo a utilização de bibliografias e de dados disponibilizados pelo IBGE, IPEA e DIEESE, o projeto contou com a aplicação de um questionário on-line que foi disponibilizado por meio do Google Forms, e que foi respondido por moradores da RMRJ, maiores de 18 anos, e responsáveis pela administração da renda familiar. Tanto o processo de divulgação da pesquisa de campo, quanto a participação na mesma, foram realizados de forma virtual.

Para a divulgação da pesquisa foi elaborado uma mensagem padrão, em forma de convite, onde foi disponibilizado o link que direcionava o convidado para o site do Google Forms. No Google Forms o convidado teve acesso, inicialmente, ao texto do RCLE, que antecedeu às questões. Só teve acesso às questões os convidados que sinalizaram sua anuência após a leitura do RCLE.

Por se tratar de uma pesquisa realizada por meio de ambiente virtual, só foram considerados participantes da pesquisa aqueles que encaminharam o formulário para os pesquisadores por meio de uma sinalização de envio que era solicitado ao final do questionário. Caso o participante quisesse desistir de sua participação na pesquisa, ele/ela poderia entrar em contato com a equipe da pesquisa, por meio dos contatos de e-mail disponibilizados no RCLE, informando o seu desejo, e o e-mail referente a conta do Google que foi utilizado para responder ao questionário.

Inicialmente a divulgação da pesquisa foi realizada de duas formas: 1) pelo envio da mensagem convite, via Whatsapp, individualmente, pelos pesquisadores para membros de suas redes de contato; 2) com a disponibilização da mensagem convite no Instagram da pesquisadora

Vênus Ferreira Gomes Sant'Anna. No entanto esperava-se que o efeito bola de neve na divulgação da pesquisa, de forma que a mensagem convite fosse compartilhado por diferentes usuários, em diferentes redes sociais, possibilitando que mais moradores da RMRJ tivessem acesso a pesquisa.

Os dados coletados foram armazenados em um disco rígido (HD), pertencente e de acesso exclusivo dos pesquisadores. Após serem salvos nesse HD, os dados foram deletados de qualquer ambiente compartilhado ou nuvem, como o software Google Drive. Todos os dados coletados e produzidos a partir das respostas ficarão mantidos sob a guarda e responsabilidade da pesquisadora por 05 anos, sendo descartados após este período.

O objetivo dessa fase do estudo foi identificar aspectos relacionados à segurança alimentar durante a pandemia da Covid-19 nos domicílios da RMRJ. A realização da pesquisa de campo foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da EPSJV-Fiocruz.

## CAPÍTULO 1 - O CONCEITO DE (IN) SEGURANÇA ALIMENTAR

O termo *segurança alimentar* é relativamente novo, pois as primeiras ideias sobre o mesmo se deram no pós Primeira Guerra Mundial. Após a traumática experiência da Primeira Guerra Mundial, o mundo se deu conta que a potência de cada país também está relacionada com a auto-suficiência em produzir seus alimentos (VENDRAMINI; OLIVEIRA; CAMPOS, 2014, p. 37).

Os conflitos entre a Tríplice Aliança e a Tríplice Entente resultaram em cerca de 13 milhões de soldados e civis mortos. E, para além da perda de capital humano, o território europeu sofreu grandes estragos e, como consequência, vivenciou um cenário de grande desemprego e fome. Porém, só a partir da Segunda Guerra Mundial que o processo de amadurecimento do termo incluiu que segurança alimentar refere-se também à disponibilidade de alimentos a preços acessíveis, em quantidade e teor nutricional suficientes (VENDRAMINI et al, 2014).

Segundo Burlandy, o termo *segurança alimentar* ainda está em construção e isso se dá por conta da variabilidade de sentidos que podem ser atribuídos ao conceito. Por exemplo, até a Cúpula Mundial de Alimentação que ocorreu em 1974, em Roma, a *segurança alimentar* ainda estava atrelada apenas à produção agrícola, tal ideia fortaleceu o argumento da indústria de agrotóxicos, que venceu o debate de que a fome e subnutrição no mundo estavam atreladas a baixa produção agrícola e que a “*Revolução Verde*” seria a solução. É inegável o drástico aumento na produtividade agrícola que viria a seguir, e isso se deu por conta das tecnologias que foram introduzidas no campo. No entanto, o problema da fome no mundo não foi resolvido. A Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação estima que, atualmente, um total de 820 milhões de pessoas passam fome, continuamente, em todo o mundo (FAO, 2019).

Durante a Conferência Mundial da Alimentação de 1996, que ocorreu em Roma, a FAO definiu:

Existe segurança alimentar quando as pessoas têm, a todo momento, acesso físico e económico a alimentos seguros, nutritivos e suficientes para satisfazer as suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, a fim de levarem uma vida activa e sã. A este respeito é necessário uma ação concertada, a todos os níveis. Cada país deverá adoptar uma estratégia, segundo os seus recursos e capacidades, para alcançar os próprios objectivos e ao mesmo

tempo cooperar, no plano regional e internacional, na organização de soluções colectivas dos problemas mundiais de segurança alimentar. Num mundo de instituições, sociedades e economias cada vez mais ligadas, é imprescindível coordenar os esforços e compartilhar as responsabilidades.

O conceito de segurança alimentar que anteriormente era restrito às necessidades alimentares e a produção de alimentos, atualmente atravessa a situação sócio político-econômica. Desta forma, ainda que a fome esteja, em parte, relacionada com a capacidade de produção de cada país, é válido salientar que guerras, desastres naturais, má administração pública, economia instável, comoditização e a pobreza também são fatores cruciais para a incidência de fome e subnutrição em diversos países.

### **1.1 A (IN)SEGURANÇA ALIMENTAR NO MUNDO**

Pobreza, fome e desnutrição são problemas de naturezas distintas, mas no fundo se completam. Segundo Buchanan (1972, p.225) o termo pobreza não só implica a um estado de privação material, mas também do modo de vida, e por isso pode-se dizer que o fenômeno da pobreza ocupa o lugar de determinante principal da insegurança alimentar, isto é, do não acesso regular a uma alimentação adequada, dando origem a fome e desnutrição.

Ainda que normalmente os fenômenos pobreza, fome e desnutrição sejam abordados com mais ênfase no âmbito da América do Sul, do continente africano e/ou asiático, é válido salientar que eles também ocorrem em países europeus e na América do Norte - os chamados desenvolvidos.

Na Cúpula do Milênio das Nações Unidas, que ocorreu na sede da ONU, em 2000, foi adotado os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), no qual oito grandes objetivos globais foram assumidos pelos países-membros, com o intuito de eliminar a pobreza e fome, e promover ações que abrangeriam a implementação de políticas de saúde, saneamento, educação, habitação, promoção da igualdade de gênero e meio ambiente com metas que deveriam ter sido cumpridas até 2015.

Em 2014, o então presidente dos EUA Barack Obama citou o papa Francisco ao dizer que a desigualdade é “o maior desafio de nosso tempo”. Ao falar da desigualdade, Obama não estava se referindo às disparidades entre os países do norte e os do sul, mas sim sobre o aumento da

desigualdade entre os próprios norte-americanos. Nesse mesmo discurso o ex-presidente acrescentou que a maior parte do crescimento econômico dos últimos anos só havia beneficiado os mais afortunados. A realidade dos EUA naquele momento não era diferente da União Europeia, onde a pobreza disparou principalmente em países que adotaram a política da austeridade (ALEJANDRA, 2014).

O relatório “Europa para a maioria e não para as elites” (2015) da Oxfam, relatou que 123 milhões de pessoas estavam em risco de pobreza ou exclusão social - um quarto da população europeia - o relatório também enfatizou a desigualdade de renda do território assinalando que “Os sete milhões de pessoas mais ricas da Europa possuem a mesma riqueza do que os 662 milhões mais pobres” (incluindo os países que não pertencem à UE).

Questões como o combate à fome apresentaram avanços significativos. O Brasil em 2012, por exemplo, alcançou duas metas da ONU em relação à redução das taxas de fome, sendo elas: cortar pela metade o número de pessoas passando fome e reduzir esse número para menos de 5% da população. E em 2014, o relatório da ONU indicou que o país havia saído do Mapa da Fome, isso foi um marco na história brasileira porque mostrou ao resto do mundo que com políticas públicas bem planejadas e direcionadas para o bem-estar social é sim possível combater a fome e a pobreza.

A reestruturação dos ODM reforçou os já existentes e criou novos, com o intuito de atender as necessidades humanas. Agora são chamados de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), e contém 17 questões prioritárias com um total de 169 metas que devem ser cumpridas pelas nações até 2030 (ONU, 2015). Segundo a Organização das Nações Unidas, "os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade."

Ao serem planejados os ODS não contavam com o surgimento da pandemia da Covid-19. Em 2020, o mundo virou do avesso por conta do até então pouco conhecido vírus SARS-CoV-2, causador da Covid-19. A chegada do coronavírus afetou o mundo de diferentes maneiras, além das mortes causadas pelo vírus houveram impactos sociais, ambientais, econômicos e culturais que afetam diretamente os ODS.

A pandemia da Covid-19, teve um papel crucial para expor as fragilidades econômicas e financeiras de diversos países. Segundo o Relatório de Desenvolvimento Mundial 2022: Finanças

a Serviço de uma Recuperação Equitativa, a pandemia de Covid-19 causou choques na economia mundial e desencadeou a maior crise econômica em mais de um século. De acordo com relatório, a economia global encolheu cerca de 3% ainda no primeiro ano da pandemia de COVID-19 e a pobreza aumentou pela primeira vez em uma geração (Banco Mundial, 2022).

Em todo o mundo, entre os trabalhadores com apenas o primeiro ciclo do ensino fundamental, o desemprego temporário aumentou em 70% em 2020. A perda do emprego também foi frequente entre os jovens, mulheres, trabalhadores autônomos e temporários com baixo nível de escolaridade (Banco Mundial, 2022).

Ainda que a pandemia tenha exposto e agravado a pobreza e a miséria, foi possível ver com mais clareza os reflexos da desigualdade socioeconômica. Segundo dados da Oxfam (CNN Brasil, 2022), de março de 2020 para novembro de 2021, a riqueza total dos bilionários teve um aumento de 60% - esse número foi maior do que nos 14 anos anteriores combinados.

Nesse contexto, ressalta-se que a desigualdade, desemprego e pobreza são algumas das principais causas da fome no mundo e a pandemia tem contribuído para o aumento de todos esses fatores e conseqüentemente elevando os níveis de insegurança alimentar. Segundo o relatório da ONU - *The State of Food Security and Nutrition in the World 2021* - a estimativa é que cerca de 811 milhões de pessoas passaram fome em 2020, esse número é 161 milhões a mais do que em 2019.

Para além da pandemia da covid-19 outro fator que tem impactado bastante na insegurança alimentar no mundo é a guerra na Ucrânia. O conflito entre Ucrânia e Rússia pode intensificar o aumento do preço dos alimentos em escala mundial, que já sofre uma alta de 34% em relação a 2021. O cenário atual é, portanto, ruim e ele não se resolverá imediatamente com o fim da pandemia ou do conflito.

## **1.2 A (IN) SEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL**

Em território brasileiro, as referências à segurança alimentar surgem na década de 1930, com Josué de Castro, em seu inquérito intitulado “As condições de vida das classes operárias”. Através de dados estatísticos o autor procurou demonstrar que “o fator primário da alta mortalidade da população brasileira é o estado de pobreza que condiciona a fome coletiva”. O estudo realizado por Castro fez com que novas pesquisas sobre a situação alimentar em

Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo fossem realizadas, e teve como consequência a criação da relação entre alimentação e salário mínimo (ARRUDA; ARRUDA, 2007).

A ideia de que o salário mínimo seria capaz de garantir uma alimentação adequada ao trabalhador levou a criação do Serviço de Alimentação da Previdência Social - SAPS - em 1940, que vigorou até 1967. O programa tinha como objetivo primordial promover a melhoria das condições nutricionais da classe operária. Dentre as ações empreendidas pelo SAPS, está a criação de restaurantes populares que funcionavam a preços acessíveis e com a qualidade necessária.

Em 1972, foi criado o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), com o intuito de funcionar como órgão central das atividades de alimentação e nutrição.

A extinção do INAN, em 1997, conduziu ao surgimento da Coordenação Geral da Política de Alimentação e Nutrição, responsável pela elaboração da Política Nacional de Alimentação e Nutrição no contexto da Segurança Alimentar e Nutricional, dando origem, em 2001, ao Programa Bolsa Alimentação. A criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar, em 1993, fomentou a aprovação do Programa Fome Zero. (ARRUDA; ARRUDA, 2007).

O Programa Fome Zero foi uma estratégia criada pelo governo federal em 2003 composta por 31 ações para assegurar o direito à uma alimentação saudável e para erradicar a extrema pobreza. O Fome Zero era dividido em 4 eixos, sendo eles: alimentação, geração de renda, fortalecimento da agricultura familiar e mobilização e controle social. Mas pode-se dizer que o carro-chefe do Fome Zero era o programa de transferência de renda, Bolsa Família.

O Programa Fome Zero é reconhecido mundialmente pelo seu efetivo combate à fome e à pobreza. Em 2010, o Brasil recebeu do Programa Alimentar Mundial da ONU o prêmio de “Campeão Mundial na Luta contra a Fome”, pelo efetivo trabalho que o país realizava na luta contra a fome, tanto internamente quanto no cenário internacional.

A condição de Insegurança Alimentar (IA), perpassa por um conjunto de fatores que incluem aspectos sociais e financeiros, e por isso a importância da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA). A EBIA é uma escala psicométrica, que tem o objetivo de avaliar as dimensões da (in) segurança alimentar e nutricional em uma população.

A EBIA tem sido utilizada desde 2005, por órgãos de pesquisas, como o IBGE. O instituto de pesquisa faz uso das 14 perguntas para identificar o nível de IA em determinada região. A EBIA classifica a insegurança alimentar em três diferentes níveis, sendo eles - I) insegurança alimentar leve: que se caracteriza pela preocupação da família em não obter para as próximas refeições; II) insegurança alimentar moderada: relacionada à necessidade da família em reduzir a quantidade, qualidade e/ou variedade dos alimentos visando evitar sua falta; III) insegurança alimentar grave: corresponde à falta de alimentos e, conseqüentemente, gera fome.

Foi a partir da elaboração do Mapa da proposta de Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Plansan) em 1985, que surgiu oficialmente o termo *segurança alimentar e nutricional* que até então “visava atender às necessidades alimentares da população e atingir a autossuficiência na produção de alimentos” (Ipea, 2008, p. 233). Porém, em 2006 o conceito foi atualizado pela Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN). Segundo o art. 3º da LOSAN, a segurança alimentar é a

Realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis.

### **1.3 A PRODUÇÃO ALIMENTAR NO BRASIL**

Segundo o Imaflora (2021), o avanço na produção e na produtividade agropecuárias fez com que em 40 anos o Brasil saísse da posição de importador de alimentos para torna-se um grande produtor e exportador para todo mundo.

No quesito territorial o Brasil apresenta uma extensa quilometragem de terras, é o quinto maior país do mundo, com 850 milhões de hectares e isso favorece o plantio além das boas condições climáticas.

Atualmente o Brasil ocupa o 3º lugar entre os maiores produtores de alimentos do mundo, com destaque para produção de açúcar, café e soja. Segundo a Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (ABIA, 2022), o Brasil é o segundo maior exportador de alimentos industrializados do mundo, com relação à carne bovina e aves somos o 2º maior produtor e 1º exportador mundial.

O mercado de exportações de alimentos brasileiro tem crescido de maneira substancial, de 2000 para 2021, saltou de 20,5 bilhões para 120,5 bilhões de dólares (MAPA, 2022). Segundo Contini e Aragão (2021), pesquisador e analista da Embrapa:

Em 2020, forneceu alimentos para 772,600 milhões de pessoas, sendo 212,235 da população brasileira e mais 560,365 milhões de outros países, por meio da exportação de grãos e da carne bovina convertida em grãos.

Por fim, entende-se que ao falar de alimentação, é impossível não pensar no seu valor monetário visto que para a indústria alimentícia os alimentos deixaram de ser uma ferramenta para sobrevivência humana e passou a ser entendido como uma mercadoria. Devido à mercantilização dos alimentos, o modo de alimentar-se já não é mais uma escolha individual que contempla a subjetividade. De acordo com Denise Elias (2021), professora da Universidade Estadual do Ceará, "na rede de produção do agronegócio, o alimento é tratado não como um direito social, mas como uma mercadoria cujo propósito primordial é auferir lucro."

## **CAPÍTULO 2 - ECONOMIA BRASILEIRA DE 1994 A 2022 E SEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL**

### **1.1 DA CONSTITUIÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO AO ANO DE 2002**

O primeiro passo para a instituição do salário mínimo como direito do trabalhador brasileiro ocorreu na Constituição de 1934, em seu Artigo 121, garantiu uma espécie de amparo à produção e às condições de trabalho, tanto no campo quanto na cidade, levando em consideração a proteção social e os interesses econômicos do País. Em 1936, o então presidente da República, Getúlio Vargas, sancionou a Lei nº 185, que em seu art 1º define que:

Todo trabalhador tem direito, em pagamento do serviço prestado, num salário mínimo capaz de satisfazer, em determinada região do País e em determinada época, das suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte.

Segundo Paulo Saim (2005, p. 15-16):

A Lei nº 185, de 14 de janeiro de 1936, instituiu as Comissões de Salário Mínimo, posteriormente regulamentadas pelo Decreto-Lei nº 399, de 30 de abril de 1938, cujo texto estabelecia o salário mínimo como “a remuneração mínima devida a todo trabalhador adulto, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço e capaz de satisfazer, em determinada época, na região do País, as suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte”

Os primeiros valores para os salários mínimos foram fixados em 1940, pelo Decreto-Lei nº 2.162. Esse mesmo Decreto-Lei definiu quatorze salários mínimos no país, cada um calculado em função da Ração Essencial Mínima<sup>1</sup> (Saim, 2005). Apenas em 1984 esses valores seriam unificados.

A Constituição Federal de 1946, em seu artigo 157, caracterizou o salário mínimo familiar como “salário mínimo capaz de satisfazer, conforme as condições de cada região, as necessidades

---

<sup>1</sup> A “ração essencial mínima” estabelecida pelo Decreto-lei 399 de 1938, é composta por 12 produtos alimentares (feijão, arroz, farinha de mandioca, pão, carne, leite, açúcar, banana, óleo, manteiga, tomate e café) em quantidades suficientes para garantir a alimentação de um trabalhador adulto durante todo o mês.

normais do trabalhador e de sua família". Mais recentemente, a Constituição Federal de 1988 o definiu como:

Salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas [dos trabalhadores] necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim.

Após essa fase de construção e consolidação do salário mínimo, o maior valor fixado até então ocorreria em 1957 (Lima, 2011).

Com o golpe empresarial-militar de 1964 e a implantação da ditadura, um novo modelo econômico foi imposto. “É preciso crescer o bolo para depois distribuí-lo”. A frase de Delfim Netto, ministro da Fazenda entre 1967 e 1974, define a economia brasileira durante a ditadura militar. De fato o bolo cresceu, pois “a taxa média de crescimento nesse período girava em torno de 10% por ano” (Barrucho, 2018). Apenas no ano de 1973, a economia apresentou um aumento de 14% em toda riqueza acumulada.

Contudo, a fatia estava longe de ser distribuída igualmente, e a concentração de renda disparou durante os governos militares. O índice de Gini (utilizado para relacionar distribuição de renda, bem estar social, pobreza e desenvolvimento econômico) saltou de 0,50 em 1960 para 0,62 em 1977<sup>2</sup>. Durante os governos militares, o salário mínimo perdeu seu valor real, entre 1965 e 1974 seu poder de compra correspondia a apenas 69% do de 1940.

É válido lembrar que, apesar do crescimento econômico de cerca de 10% ao ano, o país saiu da ditadura com 95 milhões de dólares de dívida externa adquirida através de empréstimos. Após os “anos dourados” da ditadura, que geraram todo um desenvolvimento na infraestrutura e crescimento exorbitante do PIB, a realidade veio à tona.

---

<sup>2</sup> O Índice de Gini, criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um (alguns apresentam de zero a cem). O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um (ou cem) está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza. Na prática, o Índice de Gini costuma comparar os 20% mais pobres com os 20% mais ricos. No Relatório de Desenvolvimento Humano 2004, elaborado pelo Pnud, o Brasil aparece com Índice de 0,591, quase no final da lista de 127 países. (referência [https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&id=2048:catid=28](https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28))

O processo de redemocratização do país não só foi marcado pela abertura política e reintegração das instituições democráticas, mas também pelos fortes abalos da economia fragilizada. Os anos 1980 são conhecidos como “década perdida” por conta da estagnação econômica que ocorreu em países da América Latina, inclusive no Brasil. Tal estagnação foi resultado de uma série de eventos: a Guerra do Yom Kippur, que foi o motivo principal para o Choque do Petróleo, que causou uma recessão internacional na década de 1970. Após isso, o Choque Volcker<sup>3</sup>, com o intuito de conter a inflação nos EUA, elevou sobremaneira as taxas de juros<sup>4</sup>, fazendo explodir dívidas externas pelo mundo, em especial na América Latina. Segundo Pedrosa e o Corrêa (2016, p. 8):

O poder de influir decisivamente na formação dos preços de petróleo passou, então, para a OPEP [Organização dos Países Exportadores de Petróleo], criada em 1960 e tendo a Arábia Saudita como seu membro mais influente. Esse poder ficou bastante evidenciado após a Guerra Árabe-Israelense (Yom Kippur), entre Egito e Síria de um lado e Israel do outro em outubro de 1973. Como os EUA e muitos países ocidentais apoiaram Israel, os países árabes e o Irã impuseram aos mesmos um embargo no fornecimento de petróleo que resultou num decréscimo líquido da produção mundial de 4 milhões de barris diários até março de 1974. A consequência imediata foi que o petróleo teve seu preço quadruplicado no final deste ano.

No contexto brasileiro, pode-se dizer que estes acontecimentos resultaram em alta dívida externa com juros exorbitantes. A inflação chegou a 2500% ao ano em 1983, precarizando ainda mais a situação econômica do país. A taxa anual de inflação quadruplicou entre o início de 1985 e o final de 1988 (ABREU, 1990) e atingiu 81% ao mês em março de 1990 (BAER, 1996).

A instabilidade gerada pela inflação influenciava a vida da população, em especial dos pobres. Segundo Rocha (2004) (et al Sales, 2017), fatores políticos e econômicos influenciam no comportamento de consumo das pessoas. Como a caderneta de poupança já não era mais vantajosa e as aplicações de curto prazo como o *overnight*, que corrigia diariamente o valor investido não era uma possibilidade para todos, o que restava era utilizar o salário recebido o mais rápido possível realizando compras do mês na primeira semana.

---

<sup>3</sup> Paul Adolph Volcker Jr., presidente do Federal Reserve, entre 1979 e 1987

<sup>4</sup> De uma média de 5% em 1960 para cerca de 15% em 1980

Em contrapartida, apesar do estoque de alimentos ter se tornado comum durante a era da hiperinflação, nem todos os brasileiros tinham a chance de fazer o mesmo, pois nem todos tinham acesso aos chamados “equipamentos de linha branca”<sup>5</sup>, e a insegurança alimentar se agravou. A Pesquisa Nacional sobre Saúde e Nutrição (1989), mostrou que, naquele ano, cerca de 30% das crianças brasileiras com menos de 5 anos estavam em estado de desnutrição, e 5% apresentavam desnutrição moderada ou grave.

Em uma pesquisa realizada pelo Datafolha (1990) (et al Miriam Leitão, 2011 ), que acompanhou por dois meses (de meados de novembro de 1989 a meados de janeiro de 1990) o preço de 174 supermercados comparando-os com o mercado financeiro, constatou que “os alimentos haviam subido mais do que qualquer outra aplicação”. Ao final da pesquisa, caso alguém tivesse investido em ouro a valorização seria de 175%, enquanto se estivesse criado um estoque com alimentos o retorno seria de 218%.

Com o intuito de combater a inflação, até a estabilização da moeda alcançada no Plano Real em 1994, de 1986 a 1991, o Brasil passou por cinco planos econômicos, e todos visavam diminuir a inflação a partir do congelamento dos preços, mas fracassaram.

Diferente dos planos anteriores, o Plano Real focou no corte de gastos públicos, na desindexação da economia e no controle da dívida externa, que afetava a credibilidade do país no cenário externo. Mas apesar da estabilização da moeda, o Plano Real não garantiu o crescimento do PIB: entre 1994 e 1999, o crescimento anual médio do país atingiu apenas 1,7%.

Em relação ao valor do salário mínimo pode-se dizer que o Plano Real não foi capaz de, e nem mesmo visava, proporcionar atingir o valor ideal para suprir todas as despesas básicas do trabalhador e de sua família - alimentação, moradia, vestuário, saúde, transporte, higiene, lazer e previdência. Em dezembro de 1994, o salário mínimo real fechou em R\$ 70,00, mas segundo o Dieese o valor ideal para a manutenção de todas as despesas de uma família composta por dois adultos e duas crianças era de R\$ 728,90: 10 vezes a mais que o salário real. Quase 30 anos depois (dezembro de 2021) o SM fechou o ano em R\$ 1.100,00 enquanto o valor ideal seria aproximadamente 5,3 vezes maior que o valor real. Ou seja, ainda que o Brasil tenha avançado com as políticas de valorização do SM, o mesmo ainda não foi capaz de alcançar o valor necessário para cumprir o que Lei nº 185 de 1936 e a Constituição de 1988 determinam.

---

<sup>5</sup> Geladeiras, refrigeradores, fogões elétricos, etc

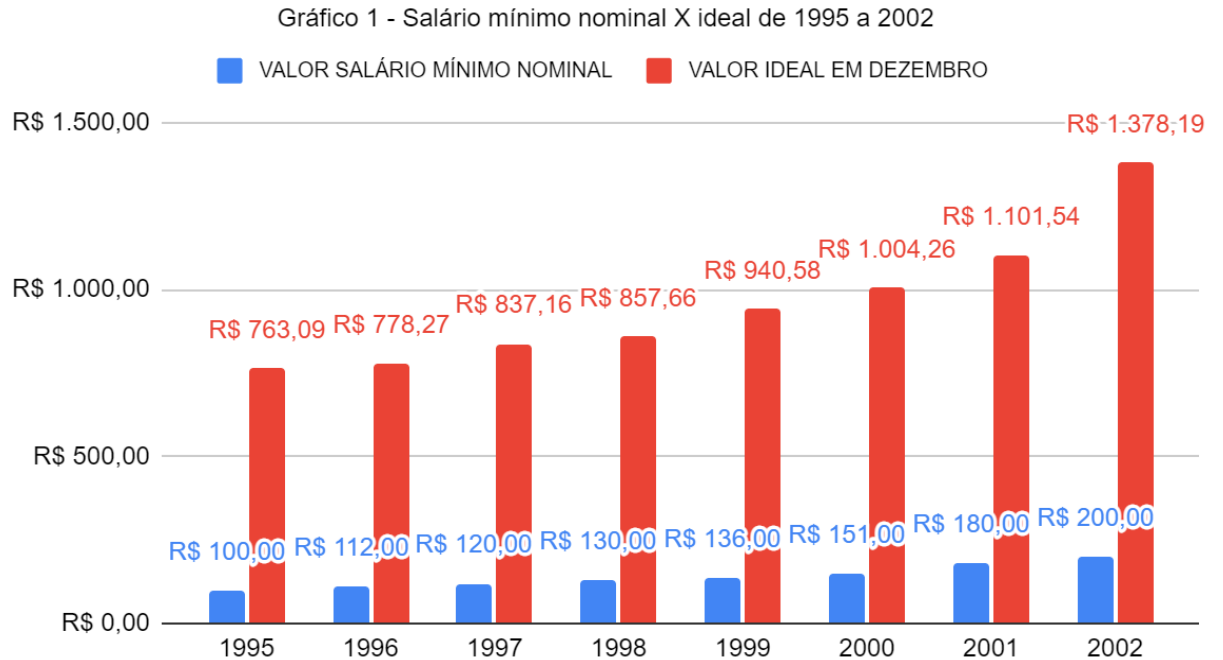


Gráfico elaborado pela autora. Fonte: Dieese

## 2.2 OS ANOS 2000

Depois de duas décadas perdidas, por diversos fatores, tanto externos quanto internos, a década 2000 apresentou altas taxas de crescimento no Produto Interno Bruto (PIB), obtendo uma média de quase 4% a.a. de 2000 a 2011 (Cruz et al, 2012). Segundo Carvalho e Rugitsky (2015), a estratégia de expandir o mercado consumidor para as populações até então excluídas foi um dos precedentes para o crescimento econômico do país.

A consolidação chinesa como potência mundial foi um dos fatores externos que possibilitou o boom econômico da economia brasileira durante os anos 2000. Segundo Hiratuka e Sarti (2016):

De fato, a influência do crescimento chinês sobre a economia mundial já vinha ocorrendo de maneira crescente ao longo das últimas décadas do século XX, tendo se acentuado ainda mais a partir do início do século XXI. No caso específico do Brasil, certamente, o crescimento da demanda chinesa por commodities

primárias (agrícolas, minerais e combustíveis), seus efeitos sobre a quantidade demandada, e os preços internacionais dessas commodities foram fatores que ajudam a explicar o melhor desempenho do país nos últimos anos em relação aos períodos anteriores.

A estabilização econômica possibilitou o aumento nos investimentos públicos. O caráter progressista do governo que assumiu em 2003 e foi até 2010, criou o programa Fome Zero. Este se constituiu em um conjunto de subprogramas que tinham o intuito de erradicar a fome e a extrema pobreza. Dentre os subprogramas destaca-se o programa de transferência de renda - Bolsa Família - que ainda no início (2003) beneficiava 3,6 milhões de famílias, chegando a um total de 14,1 milhões de famílias beneficiadas em 2013 (Silva, 2018).

O Bolsa Família foi uma importante política de assistência social no combate à extrema pobreza. No âmbito da insegurança alimentar grave é perceptível uma redução substancial, de 2004 a 2009, na área rural (de 43,6% para 35,1%) e na área urbana (de 33,3% para 29,4%) (Guimarães, 2022).

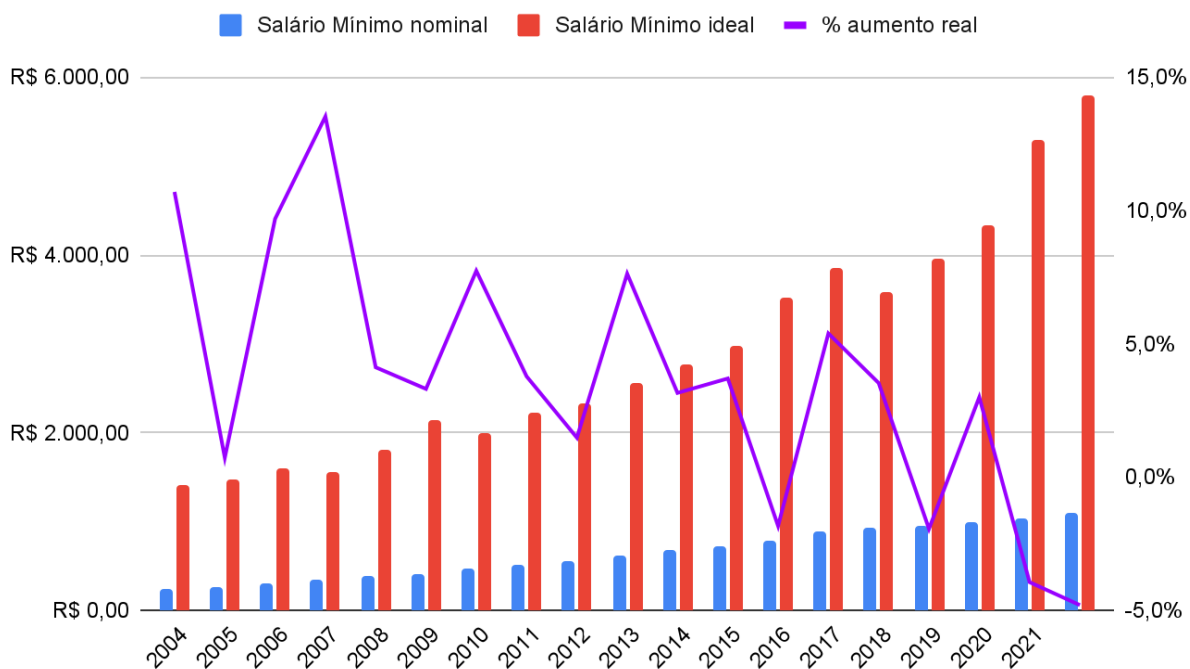
Mas o marco histórico foi o Relatório da ONU (2014) que anunciou a saída do Brasil do Mapa da Fome. Entre 2002 e 2013 a situação de subalimentação reduziu 82% (Ministério da Cidadania, 2014). Isso mostrou ao mundo que, com políticas públicas bem planejadas e focalizadas, era sim possível combater a fome e a extrema pobreza.

Outro fator importante para o incremento da renda dos brasileiros foi a política de valorização do salário mínimo. Já no primeiro ano do Governo Lula (2003), o salário mínimo teve um reajuste de 20%, sendo o reajuste real de 1,23% considerando a inflação de 18,54% no ano anterior (Dieese, 2008).

A participação dos trabalhadores foi de suma importância no processo de valorização do salário mínimo. Entre 2004 e 2009 foram realizadas as Marchas da Classe Trabalhadora, enfatizando a necessidade do reajuste salarial com base na inflação.

Durante os 13 anos dos governos Lula e Dilma, o aumento real do salário mínimo foi de 59,21%, considerado um marco na vida dos trabalhadores e aposentados (que têm sua renda atrelada ao valor do SM).

Gráfico 2 -Salário Mínimo nominal x ideal com o aumento real em cada ano de 2004 a 2021



A valorização do salário mínimo contribuiu para a queda da desigualdade de renda e para a diminuição dos níveis de pobreza. Engblom e Moser (2017) concluíram que o crescimento do salário mínimo explica 70% da queda observada na desigualdade de renda brasileira.

Gráfico 3 - Coeficiente de Gini de 1994 a 2014

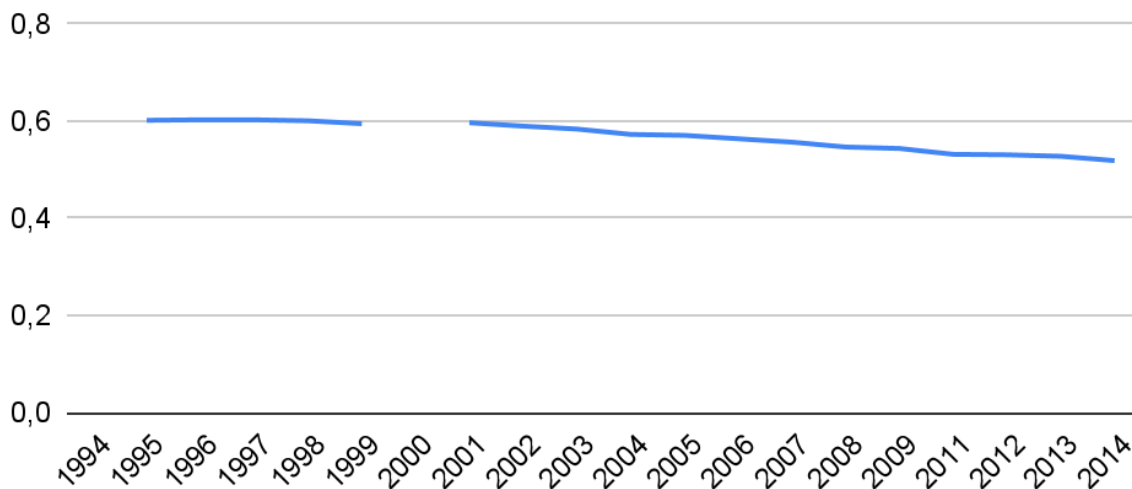


Gráfico elaborado pela autora. Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

As políticas sociais de inclusão possibilitaram melhorias na qualidade de vida de parcela significativa da população brasileira, inclusive a formação de uma “nova” classe social - a chamada classe C. Entre 2003 e 2010, 36 milhões de pessoas que anteriormente pertenciam aos grupos D e E migraram para o C, ou seja, deixaram a pobreza e extrema pobreza.

Ainda que o governo do PT tenha proporcionado aumentos significativos no salário mínimo segundo o Dieese, somente em abril de 2012 que o valor real chegou ao mais próximo do valor ideal. O valor recebido pelos trabalhadores era de R\$622, valor 2,7 vezes menor que o valor necessário calculado pelo Dieese.

O aumento do salário mínimo, os programas de transferências de renda e a disponibilidade de crédito para as empresas (pessoas jurídicas) e para pessoas físicas foram estratégias para promover o incremento no consumo e conseqüentemente o crescimento econômico. Em dezembro de 2002, a taxa de crédito representava somente 26% do PIB, em 8 anos o volume atingiu 45,2% (IPEA, 2015).

A melhora no mercado de trabalho e a queda nos níveis de desemprego foram alguns dos fatores que possibilitaram a expansão do crédito no Brasil. De acordo com o IPEA (2015)

Paralelamente, o ambiente macroeconômico favorável, com aumento da renda e do emprego, contribuía para elevar a demanda por crédito. Dessa forma, o aumento do crédito permitia ampliar a capacidade de gasto, ratificando as decisões de consumo e investimento. Logo, a expansão do crédito contribuiu para instauração de um ciclo virtuoso na economia brasileira, em que o crescimento, impulsionado pela demanda agregada e em um contexto de políticas sociais de natureza redistributiva, deu-se com a redução da desigualdade social. (pag 27)

Segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) - que tem o intuito de registrar as admissões e dispensas de empregados que trabalham de carteira assinada - durante o governo Lula, 13,2 milhões de empregos com carteira assinada foram gerados. É necessário ressaltar a queda nos níveis de desemprego de 2003 a 2014.

Gráfico 4 - Desemprego no Brasil de 2003 a 2014

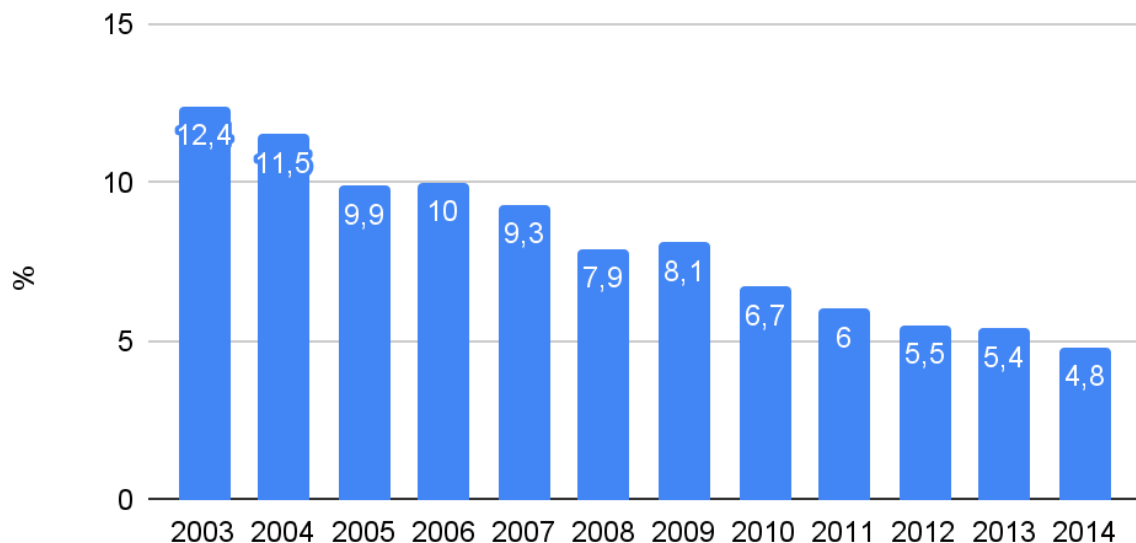


Gráfico elaborado pela autora. Fonte: IBGE

Com relação ao Governo Dilma, a ex-presidenta deixou o cargo após o processo de impeachment com um saldo de 37,8 milhões de vagas ocupadas no mercado formal (Yano, 2022).

As condições econômicas mundiais foram favoráveis ao crescimento econômico brasileiro. A média anual de crescimento entre 2000 e 2009, foi mais que o dobro em comparação com os anos 1990 (Yueh, 2013).

A crise desencadeada em razão da especulação imobiliária em meados de 2007 nos Estados Unidos, tornou-se numa crise financeira internacional. Nesse mesmo período, o cenário econômico brasileiro estava indo bem, o Produto Interno Bruto (PIB) teve um aumento de 6,1% em relação ao ano anterior, a taxa de ocupação era maior que os dois anos anteriores.

Segundo Carvalho (2018, P. 28):

A crise de 2008-9 chega ao Brasil com efeitos similares aos que atingiram outros países emergentes: contração do crédito, queda no preço das commodities e, com a forte saída de capitais estrangeiros, desvalorização do real em relação ao dólar. O resultado foi uma contração substancial da demanda doméstica e dois trimestres consecutivos de queda do PIB.

Segundo Lima e Deus (2013), o conjunto de ações governamentais anticíclicas de combate à crise como o aumento de crédito, redução da taxa de juros e a redução na carga

tributária possibilitaram que os efeitos da recessão internacional fossem menos graves e duradouros.

Contudo, o crescimento econômico brasileiro não se sustentou por muito tempo. A década de 2011 a 2020 não foi tão boa quanto a anterior para a economia. Em relação ao período, a média do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) ficou em 0,3%, segundo a Fundação Getúlio Vargas (2021). Dentre os fatores que podem ter contribuído para que o período não fosse tão satisfatório quanto o anterior pode-se destacar a crise político-econômica iniciada em 2014, o aumento do desemprego e também a pandemia da Covid-19 que provocou abalos significativos na economia mundial.

A economia nacional não apresentava queda no PIB desde 2009, no qual houve uma queda de 0,1%. No entanto, de 2011 a 2020, o PIB apresentou queda em três diferentes anos (FGV, 2021), sendo eles em 2015 com -3,5%, 2016 -3,3% e no último ano da década, -4%.

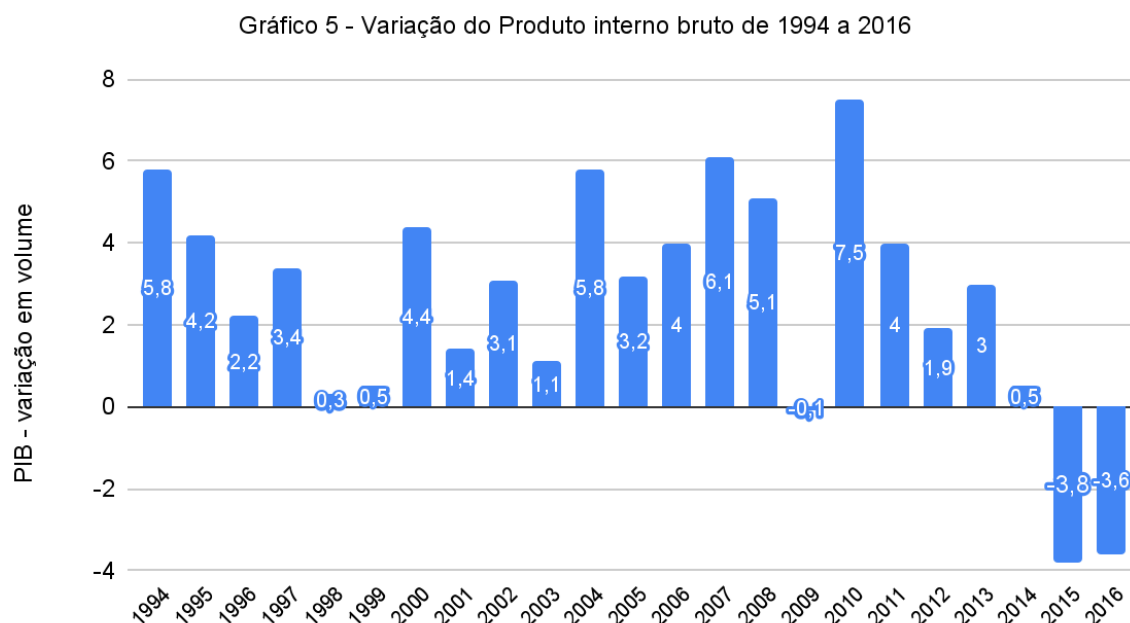


Gráfico elaborado pela autora. Fonte: IBGE

A crise econômica no Brasil, que começou por volta de 2014, foi acompanhada por uma intensa crise política. No plano político, destaca-se o processo de impeachment da presidenta eleita Dilma Rousseff em 2016, mas também diversas mobilizações de massa ocuparam as

principais cidades do Brasil ainda em 2013. A ação que de início tinha relação com os preços das passagens ganhou força e se tornou um movimento generalizado contra o governo de ocasião.

### **2.3 A RENDA DOS BRASILEIROS**

“Os anos 2000 foram uma década dourada” (Barbosa e col, 2020), no período de 2001 a 2011, a renda média das famílias brasileiras cresceu mais de 30%, e o coeficiente de Gini recuou mais de 10% além das taxas de extrema pobreza e pobreza terem diminuído 4% (Barbosa e col, 2020).

De acordo com a Pnad (2022), de 2012 para 2014, houve um crescimento de 4,9% (de R\$ 2.369,00 para R\$ 2.484,00) no rendimento médio real de todas as fontes. No entanto, houve uma queda de 2,9% em 2015 (passou a ser de R\$ 2.412,00). Em 2016 e 2017, não houve grandes alterações. De 2017 para 2018, o crescimento foi de R \$2.409,00 para R \$2.472,00 (um total de 2,6%), já em 2019 o rendimento médio de todas as fontes foi de R\$ 2.471,00. Porém, com o fator pandemia a redução foi de 3,4% em 2020 e 5,1% em 2021.

No que se refere ao rendimento médio mensal real habitualmente recebido de todos os trabalhos, em 2015 houve um declínio de 3,8% em comparação com o ano anterior, e o período de 2016 e 2017 não apresentou grandes alterações. Em 2018 há um aumento de 2,2%, porém nos anos seguintes (2019 e 2020) a estabilidade no rendimento de todos os trabalhos volta a aparecer. Apesar da pandemia em 2020 foi registrado o maior valor da série (R\$ 2.638,00) que é calculada desde 2012. Porém, a estimativa para 2021 registrou uma drástica redução de 6,1%, ou seja, o rendimento médio mensal real habitualmente recebido de todos os trabalhos passou a ser R\$ 2.476,00 (Pnad, 2022).

Dentre os fatores que ajudam a explicar a queda na renda, estão o desemprego e a inflação. Segundo Barbosa (2019):

No fim de 2014, a interrupção da geração de empregos formais em regime CLT e a explosão do desemprego marcam definitivamente a chegada da crise ao mercado de trabalho. Com alguma defasagem, o número de desalentados passa a crescer no fim de 2015, refletindo o aumento do número daqueles que abandonam as tentativas de obter posições no mercado de trabalho. O

crescimento do número de desocupados, desalentados e inativos implica que um contingente expressivo passa a não ter qualquer rendimento do trabalho.

A reforma trabalhista sancionada em 2017 e em vigor desde então, foi implementada com a proposta de aumentar o número de empregos e formalizar os vínculos empregatícios no Brasil (Filgueiras, 2019). Após um ano da reforma, segundo Guimarães (2018), a meta de gerar 2 milhões de vagas de empregos do então presidente Michel Temer “não chegou nem a um quarto”. Outro aspecto negativo encontrado foi a redução de 58% da arrecadação líquida das contribuições descontadas dos contracheques no período de nove meses após a lei ser implementada (Portanova, 2018).

A média de desemprego brasileira de 2012 a um ano antes da reforma trabalhista ser aprovada foi de 8,2%. De 2017 a 2019, ou seja, em três anos, a média foi de 12,3%. Além disso, de 2014 para 2022, o número de trabalhadores com carteira assinada diminuiu em 2,8 milhões: como consequência desse fenômeno o número de pessoas que estão trabalhando por conta própria ou estão no mercado de trabalho informal cresceu 6,3 milhões no mesmo período (levantamento da LCA Consultores apont Alvarenga e Cavalini, 2022).

A pandemia tem sido um fator crucial para o aumento da inflação e da insegurança alimentar. Segundo Recine entrevistada pela Revista Poli (2022):

A gente já entrou na pandemia numa situação muito crítica por conta do desemprego, da precarização do trabalho e da redução do orçamento de políticas públicas que foram fundamentais para diminuir o número de pessoas em situação de fome no Brasil.

Segundo Neri, 2021 (apud Corsini, 2021) o aumento do desemprego teve como consequência a redução de 9,4% na renda média dos brasileiro de 2019 para 2020. Dentre os mais mais pobres a situação é ainda pior: a perda da renda é 21,5%, percentual que inclui trabalhadores informais e desempregados.

Logo no primeiro ano da pandemia, o governo federal desenvolveu o auxílio emergencial como um suporte para os desempregados, trabalhadores informais e contemplou também microempreendedores individuais. Segundo a Pnad (2020), em 2019, apenas 0,7% da população do País tinha como fonte de renda algum programa social do governo, mas em 2020, o benefício emergencial esteve presente em 23,7% dos domicílios brasileiros.

Segundo estudo realizado pela FGV, o Auxílio Emergencial possibilitou o aumento de 24% na renda dos trabalhadores informais beneficiados. As profissões em que o aumento foi mais expressivo foram: auxiliar de agropecuária (71%); empregado doméstico e diarista (61%); agricultor e criador de animais (59%); faxineiro e auxiliar de limpeza (52%); porteiro e zelador (45%).

O segundo fator para a queda na renda que será brevemente apresentado neste trabalho é a inflação. De acordo com Silva, 2022:

Responsável por uma série de distorções na economia, a inflação prejudica não apenas os investimentos e o crescimento do País, mas também impõe elevados custos sociais, custos estes que tendem a ser inversamente relacionados ao nível de renda dos indivíduos, implicando maior penalização aos mais pobres.

O efeito imediato da inflação é perceptível na renda da população. O valor do salário mínimo deve ser reajustado anualmente com base na inflação do ano anterior: no entanto ao longo do ano e com o avanço da inflação o seu valor vai perdendo o seu poder de compra. Em agosto de 2021, de acordo com o Dieese, o salário mínimo nominal era de R\$ 1.100, mas seu poder de compra era equivalente a R\$ 1.038, ou seja, uma perda de sessenta e dois reais.

É válido destacar que o SM não só repercute na vida dos trabalhadores formais, mas também na vida dos aposentados e pensionistas do INSS, dos que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC-Loas), além do seguro desemprego.

A aposentadoria teve um papel de destaque na manutenção da renda per capita dos domicílios. Segundo a pesquisa realizada pelo consórcio formado pela Universidade de Berlim, UFMG e UnB, os domicílios que contavam com moradores aposentados registraram menores níveis de insegurança alimentar em relação àqueles domicílios que recebiam Bolsa Família ou auxílio emergencial: as residências com Bolsa Família registraram 88,2%, as do Auxílio Emergencial 74,1% e aquelas com aposentadoria apresentaram 56,4%.

Ir ao mercado para fazer compras tem surpreendido boa parte dos consumidores brasileiros, isso porque o preço dos alimentos só tende a subir. Porção considerável da carga tributária brasileira é retratada pelos tributos sobre consumo (Paz, 2008), e com os alimentos a situação não é diferente. Segundo dados do pesquisador nutricionista Alexander Marcellus Carregosa, entre 2018 e 2020 o ICMS sobre o arroz e feijão subiu 7 pontos percentuais - saiu de

4,2% para 11,2%. Com relação às frutas, verduras e legumes, Carregosa identificou que a tributação é de 22%, em contrapartida o imposto sobre alimentos ultraprocessados é de 8% (CARREGOSA, 2021 apud GOMES, 2021).

O conceito de segurança alimentar engloba disponibilidade, acesso a alimentos de qualidade e quantidade suficiente sem comprometer outras necessidades essenciais. (Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional, 2004). Porém, ao “facilitar” o acesso para alimentos ultraprocessados a partir do baixo custo o mercado financeiro está contribuindo não só para incidência de insegurança alimentar, mas também para propagação de doenças como diabetes, já que o consumo exacerbado de alimentos com alta adição de açúcares, sódio, gorduras e conservantes está entre as principais causas da doença.

## **2.4 A ALIMENTAÇÃO DOS BRASILEIROS**

O livro de 1938, “Vidas Secas” de Graciliano Ramos retrata a vida de uma família do sertão obrigada a se deslocar de tempos em tempos para áreas menos atingidas pela seca: ainda que seja uma ficção o romance denuncia as mazelas vivida pelo povo nordestino e dentre elas está a fome. Alguns anos depois, em 1947, Josué de Castro afirmava em seu livro “Geografia da Fome” que a fome é resultado de ações humanas e das condições econômicas de seus países e não um problema natural (Castro, 2021).

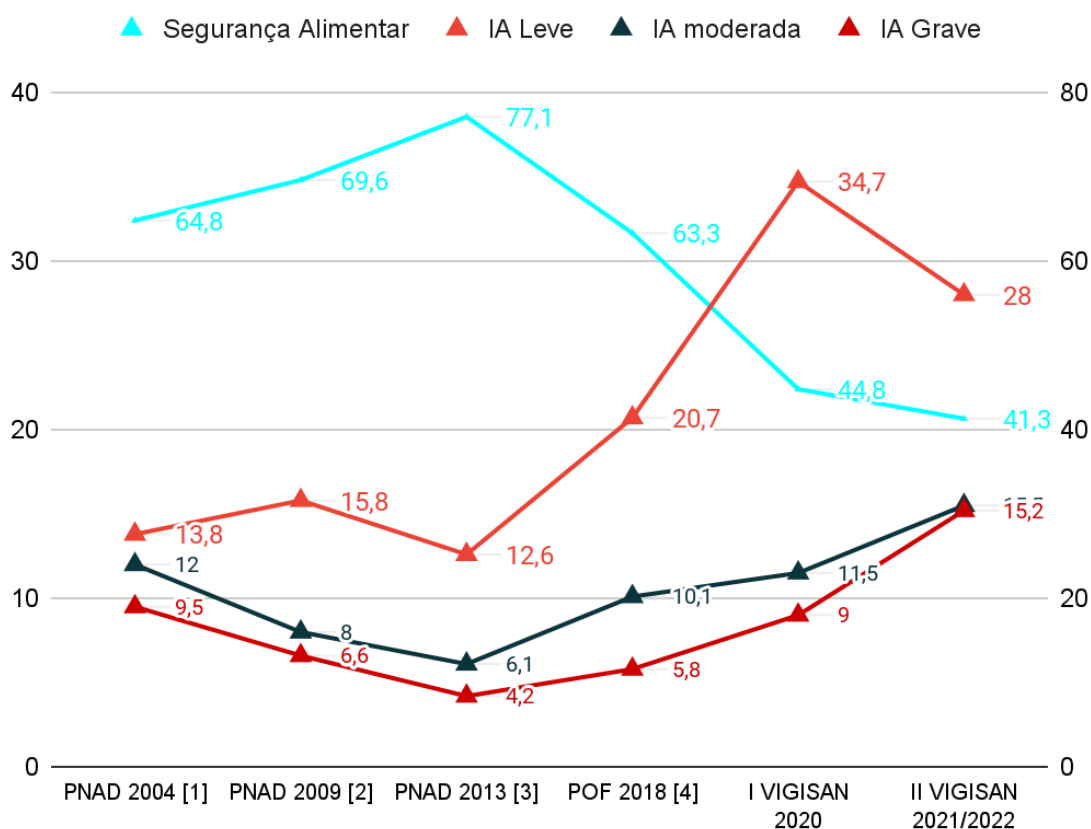
As estimativas de insegurança alimentar na década de 1990 estavam em torno de 30 milhões de pessoas (IPEA, 2014). Em 1993, foi organizada uma imensa rede de mobilização pelo sociólogo Betinho, a “Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida”, para auxiliar no combate à fome vivida pelos brasileiros: desde então o movimento tem sido expressivo no combate à fome e à miséria.

Como já apresentado, os anos 2000 apresentaram uma queda acentuada no desemprego e um aumento significativo na renda: certamente isso possibilitou diminuições entre as inseguranças alimentares.

As mudanças nos padrões alimentares são reflexos de ações políticas e econômicas que têm ocorrido ao longo dos anos. Com o gráfico abaixo percebe-se que, até 2013, o nível de segurança alimentar manteve-se em crescimento constante: depois desse período a situação é de queda. De 2018 para 2022, a queda na SA é de 22%, enquanto que no mesmo período a insegurança alimentar faz o caminho inverso, ou seja, a tendência é de crescimento. No caso da

IA grave, o aumento é de 9,4%. O aumento de 42,4% no desemprego de longo prazo no período de 2015 a 2019 (Lisboa, 2019) e o fator pandemia, que provocou mudanças dramáticas na economia mundial, são alguns dos fatores que podem ter contribuído com a queda da SA no Brasil.

Gráfico 6 - Níveis de Segurança e Insegurança Alimentar no Brasil de 2004 a 2022



Fonte: II VIGISAN 2021/2022 a partir de dados reanalisados da : [1] Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2003-2004 (IBGE); [2] Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008-2009 (IBGE); [3] Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013-2014 (IBGE); [4] Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018 (IBGE).

Sobre a Insegurança Alimentar em 2022, o II VIGISAN, Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (2022):

Em número de pessoas, isto significa que 14 milhões de novos brasileiros passaram a conviver com a situação de fome, uma vez que tínhamos 19,1 milhões ao final de 2020 e, ao final de 2021 e início de 2022, esse número subiu para 33,1 milhões (Rede PENSSAN, 2022, p 73).

A Pesquisa “Insegurança Alimentar no Brasil”, feita pela FGV Social (2022), constatou que a quantidade de brasileiros que não tiveram dinheiro para alimentar a si e ou a sua família subiu de 30% em 2019 para 36% em 2021. Entre a população mais pobre a situação de insegurança alimentar foi ainda mais grave no mesmo período - saiu de 53% e alcançou 75%, respectivamente. Foi identificado também que é a primeira vez que o Brasil supera a média mundial de insegurança alimentar: tanto antes quanto durante a pandemia.

## **CAPÍTULO 3 - PESQUISA DE CAMPO: CONDIÇÕES DE SEGURANÇA ALIMENTAR DOS MORADORES DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO**

Com o objetivo de correlacionar os dados sociais e econômicos encontrados e selecionados nas pesquisas de revisão bibliográfica, com as condições atuais de segurança ou insegurança alimentar dos residentes da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) fez parte deste estudo uma pesquisa de campo, de base quantitativa. A pesquisa de campo contou com a elaboração e aplicação de um questionário online via Google Forms com 17 perguntas com o intuito de avaliar aspectos relacionados à segurança alimentar no antes e no durante a pandemia da Covid-19 na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ). Para uma maior compreensão dos resultados, o questionário foi dividido em 3 blocos: no primeiro bloco, constam questões sobre as condições de moradia; no segundo é abordado a renda familiar e por último as condições de alimentação do domicílio.

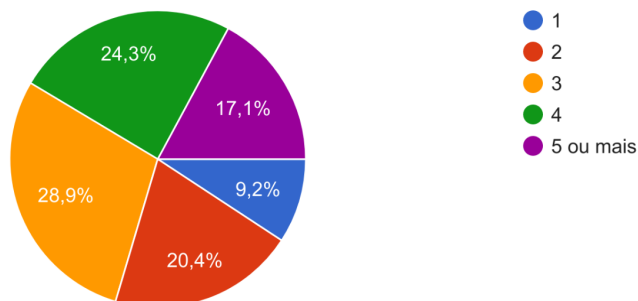
### **3.1 CONDIÇÕES DE MORADIAS**

A pesquisa foi aplicada entre o dia 02/09/2022 até o dia 03/10/2022, contando com a participação de 152 pessoas, no qual 100% são residentes da RMRJ. Dentre as pessoas que responderam, as cidades que mais apareceram foram Rio de Janeiro e Duque de Caxias (42,7% e 43,4%, respectivamente).

No que se refere à quantidade de pessoas que moram na mesma residência, a maior parte dos que participaram (49,3%) residem com outras 2 ou 3 pessoas. Outra parcela dos entrevistados (41,4%) divide moradia com 4 ou mais pessoas. A menor parcela encontrada foi a de pessoas que moram sozinhas, o que apresentou 9,2%, ou seja, 14 pessoas. A média nacional de pessoas que residem sozinhas em 2021 era de 14,9%, quase 10,8 milhões. (IBGE,2022).

Gráfico 7 - Quantas pessoas residem na casa (incluindo você)

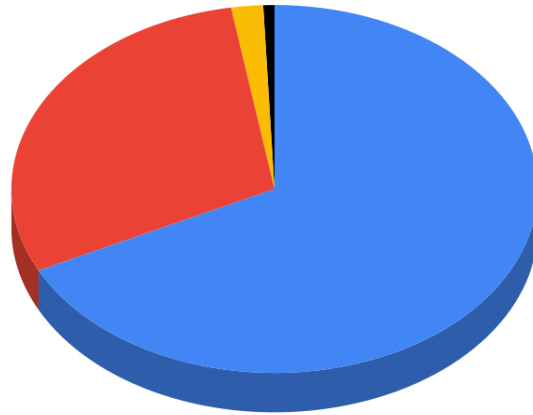
152 respostas



Levando em consideração a importância da água para o dia-a-dia, em especial para o preparo das refeições, a pergunta 4 foi direcionada a principal forma de abastecimento de água utilizada no domicílio. Dentre as opções disponibilizadas, 69,7% dos que responderam afirmaram que o abastecimento da água é feito a partir da rede geral de distribuição e 30,9% usam água advinda de poço profundo ou artesiano. Em 2019, 85,5% dos domicílios brasileiros tinham como principal fonte de abastecimento a rede geral de abastecimento (Silveira, 2020). O resultado da pesquisa, portanto, é curioso: parece indicar que há um percentual menor de moradias incluídas na rede geral de distribuição na RMRJ frente ao cenário nacional. Há uma relação direta entre a escassez de água e segurança alimentar: à medida que falta água, a produção de alimentos fica comprometida. Segundo a Rede PENSSAN (2022), “42,0% das famílias com Insegurança Hídrica também conviviam com a fome, enquanto apenas 14,3% desses domicílios estavam em SA.”

Gráfico 8 - Qual a principal forma de abastecimento de água utilizada neste domicílio?

● Rede geral de distribuição ● Poço profundo ou artesiano ● Água de chuva armazenada ● Caixa d'água



No capítulo dos Direitos Sociais, a Constituição Federal de 1988, define que o salário mínimo deve satisfazer todas as necessidades do trabalhador e sua família: dentre essas necessidades encontra-se a alimentação. Porém, “a alimentação muitas vezes não pode ser a primeira prioridade de gastos das famílias” (Segall apud Guimarães, 2021, p.7 ): gastos com moradia, transporte, educação, medicamentos e outros são fatores que comprometem a renda do domicílio antes da alimentação. No cenário do preparo de alimentos, o gás de cozinha (GLP) é usado por milhares de brasileiros e essa necessidade refletiu na renda dos consumidores em 2021. O questionário identificou que 98,7% dos que responderam utilizam gás de botijão ou encanado.

Em 2021, segundo a Agência Nacional de Petróleo (ANP), o valor médio do GLP teve um aumento de 28% do final de 2020, passando de R\$75,29 para R\$ 96,89: o valor representava 8% do salário mínimo.

### 3.2 Renda dos participantes

Segundo a série histórica nacional da PNAD Contínua, em 2021 o rendimento médio nacional mensal real domiciliar per capita foi de R\$ 1.350,00. De acordo com levantamento realizado pela FGV (2021), o Rio de Janeiro é o terceiro estado com maior renda média do Brasil

(R \$1.720,00): R\$ 367,00 a mais que a média nacional. Ainda segundo a FGV, em primeiro lugar está São Paulo com R\$ 1.977,02; em segundo a Capital Federal (R\$ 2.981,00).

A composição da Região Metropolitana do Rio de Janeiro sofreu diversas alterações desde sua constituição em 1974, mas atualmente detém 22 cidades. As disparidades econômicas entre as cidades que constroem a RMRJ são visíveis, segundo o IBGE (2020): Rio de Janeiro, Seropédica e Niterói são os municípios que apresentaram os maiores rendimentos. No que refere-se à população ocupada, Niterói, Rio de Janeiro e Rio Bonito apresentam as maiores taxas.

Tabela 1 - Salário médio e população ocupada em % na Região Metropolitana do Rio de Janeiro em 2020		
Município	Salário médio	População ocupada em %
Belford Roxo	2,3 salários mínimos	6,20%
Duque de Caxias	2,5 salários mínimos	17,20%
Guapimirim	2,0 salários mínimos	12,20%
Itaboraí	2,3 salários mínimos	14%
Itaguaí	3,0 salários mínimos	20,40%
Japeri	2,1 salários mínimos	8,20%
Magé	1,6 salários mínimos	10,40%
Maricá	2,3 salários mínimos	16,30%
Mesquita	1,8 salários mínimos	9,60%
Nilópolis	1,6 salários mínimos	11,90%
Niterói	3,1 salários mínimos	37,70%
Nova Iguaçu	1,5 salários mínimos	12,10%
Paracambi	1,7 salários mínimos	12,30%
Petrópolis	2,5 salários mínimos	25,90%
Queimados	2,1 salários mínimos	11%
Seropédica	3,7 salários mínimos	18,70%
São Gonçalo	2,0 salários mínimos	10,40%
São João de Meriti	1,7 salários mínimos	12,10%
Tanguá	2,0 salários mínimos	8,20%
Cachoeiras de Macacu	1,9 salários mínimos	12,50%
Rio de Janeiro	4,0 salários mínimos	34,70%
Rio Bonito	1,7 salários mínimos	30%
Tabela elaborada pela autora. Fonte IBGE, 2021		

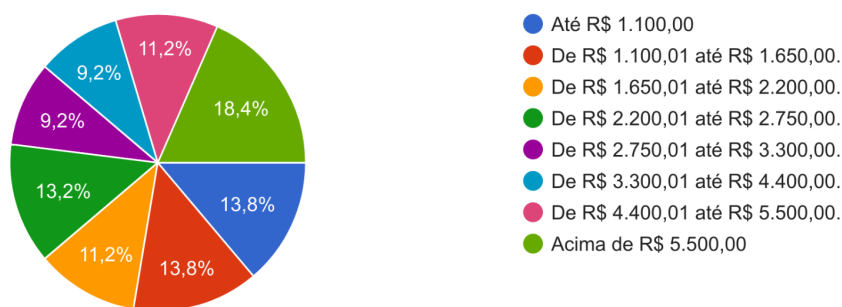
Dentre os domicílios em que o valor total da renda bruta era de até R\$ 2.200,00, o percentual foi de 38,8%. Considerando a Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos (PNCBA)<sup>6</sup>, que realiza continuamente a identificação dos preços dos alimentos considerados essenciais e suas respectivas quantidades, no mês de setembro esse conjunto de alimentos diminuiu em 12 das 17 capitais. Porém, o Rio de Janeiro apresentou o quarto maior custo: R\$714,14 (DIEESE, 2022).

Dos 14 participantes que responderam que moram sozinhos, 71,4% apresentaram uma renda de até R\$ 2.750: supondo que essas pessoas vão adquirir todos os itens básicos identificados na pesquisa, cerca de 25% da renda dessas pessoas será comprometida com a alimentação. Para os domicílios no qual os responsáveis pela renda não moram sozinhos, o custo com a alimentação certamente tenderá a ser maior do que esse.

Dentre todos os participantes, independente da quantidade de moradores da residência, o percentual de domicílios em que o valor total da renda bruta domiciliar é de até R\$ 2.750,00 é de 52%. Entre aqueles em que o valor é de R\$ 2.750,01 até R\$ 5.500,00, a proporção é de 29,6%: apenas 13% dos participantes registram que o valor total da renda bruta do domicílio é acima de R\$ 5.500,00.

Gráfico 9 - Valor total da renda bruta (somando o rendimento de todos que contribuem para renda familiar)

152 respostas



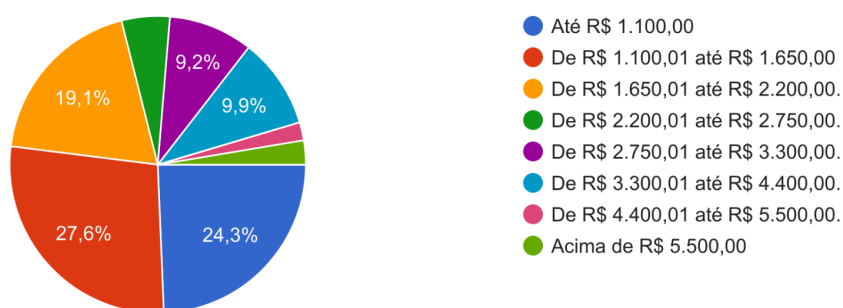
A pesquisa buscou identificar qual seria o valor mensal mínimo estimado para cobrir os gastos com a alimentação de toda família dos participantes. 49,3% dos que apontaram que o valor

<sup>6</sup> É válido salientar que a pesquisa é realizada com base no Decreto 399 de 1938, este estabelece que o salário mínimo deve ser capaz de suprir todas as necessidades básicas de um trabalhador adulto, ou seja, o custo da Cesta Básica calculado pelo Dieese é para somente uma pessoa em idade adulta.

total da renda bruta do domicílio é de até R\$ 2.750, relataram que o valor mensal mínimo estimado para cobrir os gastos com a alimentação seria de até R\$ 1.650. Em relação àqueles que recebem entre R\$ 2.750,01 e R\$5.500,00, o percentual estimado para os gastos alimentares até R\$ 2.200 representa 76% dos participantes. Entre as residências em que a renda bruta é acima de R\$ 5.500, 81% estimam que o valor necessário para os gastos com alimentação é de até R\$ 2.200.

Gráfico 10 - Levando em conta a situação atual da sua família, qual seria o valor mensal mínimo estimado para cobrir os gastos com alimentação de toda sua família?

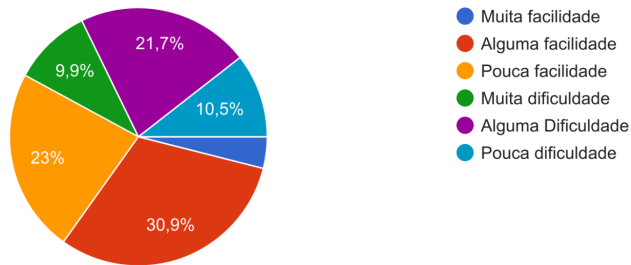
152 respostas



Considerando a renda e os gastos realizados pela família para suprir todas as necessidades do domicílio foi disponibilizada uma pergunta para saber como os participantes avaliavam o rendimento domiciliar até o fim do mês. As respostas foram divididas em duas opções (fácil e difícil) mas ambas com três diferentes subníveis (muita, pouca e alguma): ou seja, os entrevistados tinham seis opções para descrever como levam a situação econômica até o final do mês. Dentre as respostas, apenas 3,9% dos participantes relataram que vivem com “muita facilidade”; “alguma facilidade” e “pouca facilidade” representaram 30,9% e 23% respectivamente. No que se refere a "dificuldade", 9,9% responderam que levam a vida até o fim do mês com “muita dificuldade”, já aqueles que avaliaram com “alguma dificuldade” representa 21,7% e 10,5% identificam que vivem com “pouca dificuldade”, somando 42,1% com algum grau de dificuldade.

Gráfico 11 - Na sua opinião, o rendimento total da sua família permite que você(s) leve(m) a vida até o fim do mês com

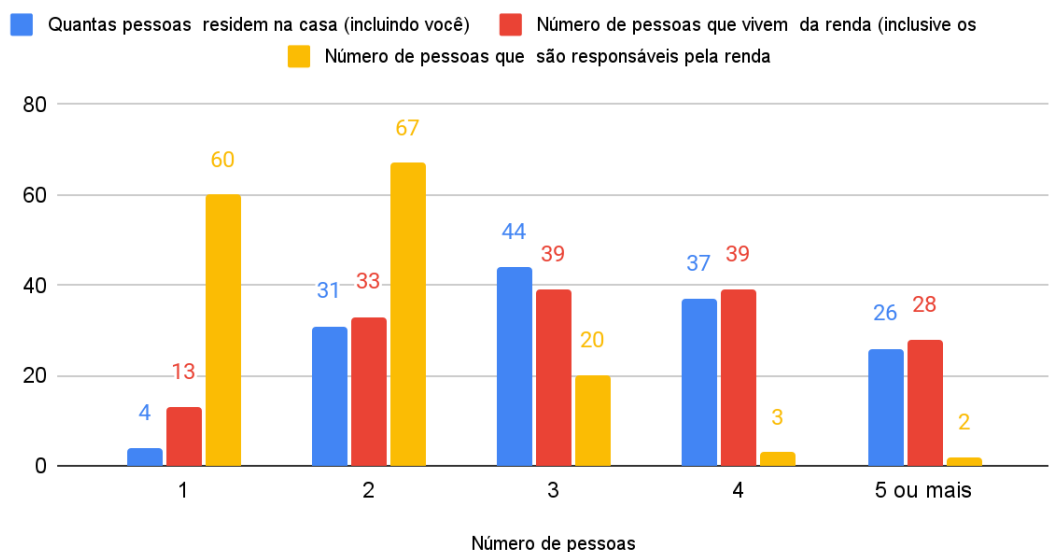
152 respostas



A respeito do número de pessoas que são responsáveis pela renda, 44,1% das residências tem duas pessoas e 39,5% tem apenas uma pessoa, os outros 16,5% se dividem entre 3 ou mais pessoas. A tabela abaixo mostra que há diferença entre o número de moradores da residência e o número de provedores da renda familiar.

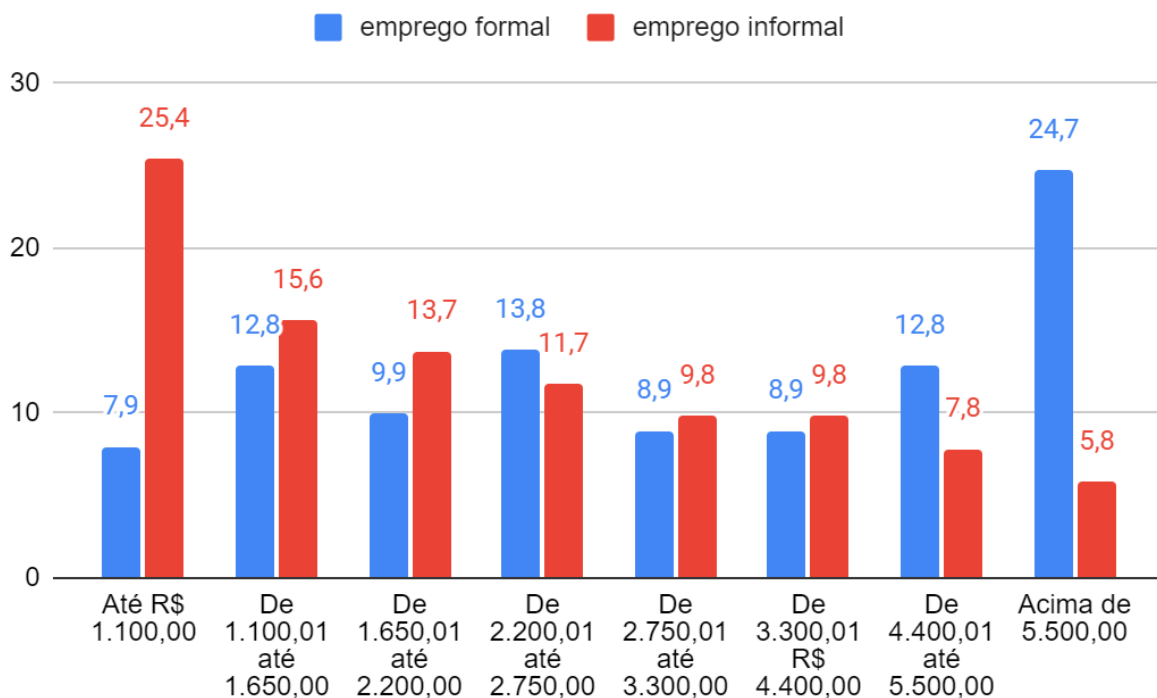
Ainda que o questionário não tenha perguntado qual o sexo dos provedores da renda da residência, é válido salientar que no contexto nacional em 81,6% dos lares que recebiam o Auxílio Brasil em setembro de 2022 tinham como responsável familiar uma mulher (Ministerio da Cidadania, 2022).

Gráfico 12 - Relação da quantidade de moradores com o número de responsáveis pela renda e números de pessoas que vivem da renda



Com relação ao vínculo empregatício dos responsáveis pela renda do domicílio, 66,4% têm emprego formal e 33,6%, não. A partir disso foi possível identificar que nos domicílios em que os responsáveis têm empregos formais a renda é maior do que naqueles em que a renda é oriunda da informalidade.

Gráfico 13 - Vínculo empregatício dos responsáveis pela renda e o valor total da renda bruta dos domicílios



Segundo Guimarães (pág. 7, 2021)

Os dados levantados em 2020 mostraram que, de forma geral, a fome foi quatro vezes maior nos domicílios em que a pessoa de referência estava na informalidade. E, também aqui, o cenário precário vem de antes [da pandemia]: o país fechou 2019, de acordo com o IBGE, com 39,3 milhões de trabalhadores informais, 41,6% da população ativa. Um mês antes de a Covid-19 chegar ao Brasil, esse número caiu para 38 milhões [...]. Em 2020, ao longo do primeiro ano da crise sanitária, chegou a 39,9 milhões.

O mundo inteiro tem experimentado desde 2020 a pandemia da Covid-19, abalando não só os sistemas de saúde, mas também a economia de muitos países. Em janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o SARS-CoV-2 como Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) - o mais alto nível de alerta da Organização (Organização Panamericana de Saúde - OPAS).

No Brasil, a implementação do Auxílio Emergencial foi uma estratégia do Governo Federal para emergência de saúde pública. A Lei nº 13.982, aprovada pelo Congresso Nacional em abril de 2020, garantiu de início o pagamento de R\$ 600,00 por três meses para trabalhadores informais, microempreendedores individuais (MEI), autônomos e desempregados. No caso de famílias em que a mulher era a única responsável pelas despesas da casa, foi destinado por mês R\$ 1.200,00.

Segundo o IPEA, o Auxílio Emergencial e o Auxílio Brasil (substituto do Bolsa Família) conseguiram fazer com que o aumento da pobreza não fosse mais expressivo, já que proporção de pobres cresceu 1,38% de 2019 para 2021, além de fortalecer as economias regionais (Ministério da Cidadania, 2022).

O questionário não procurou saber se os participantes receberam ou recebem o Auxílio Emergencial ou Auxílio Brasil, mas é importante ressaltar que ambos beneficiaram milhões de brasileiros desde 2020. Segundo o portal transparência de 2021, 32,01% da população brasileira recebeu o Auxílio Emergencial e até julho de 2022, 18,13 milhões de famílias foram contempladas com o Auxílio Brasil.

Tabela 2 - Beneficiários do Auxílio Emergencial por regiões	
Unidade territorial	% da população
Centro-oeste	30,64%
Nordeste	38,04%
Norte	36,61%
Sudeste	29,45%
Sul	25,88%
Brasil	32,01%

Tabela elaborada pela autora.  
Fonte: Ministério da Cidadania

### 3.3 CONDIÇÕES ALIMENTARES

Apesar do intuito da análise não ser identificar os aspectos nutricionais dos participantes (mas sim se a insegurança alimentar é presente ou não) é válido salientar que a inflação sobre os preços das frutas, de 2006 a 2021, foi 114% maior do que a dos açúcares e derivados (Palmieri Jr, 2021). Isto que tem ligação direta com os ultraprocessados já que estes são basicamente produzidos com alta adição de açúcares, gorduras e conservantes - o que aumenta o risco de obesidade e doenças crônicas não transmissíveis – DCNT (doenças cardiovasculares, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas). Diante desse cenário de consumo exacerbado de alimentos ultraprocessados a obesidade tem sido um problema tão grande quanto a fome. Aproximadamente seis entre dez brasileiros (57,25%) estavam em sobrepeso em 2021 (Valente, 2022).

A pesquisa disponibilizou uma pergunta de caráter subjetivo para saber como as pessoas avaliam a alimentação do domicílio. Em relação aos padrões alimentares dos residentes, 50% avaliaram como “bom”, 42,8% identificaram como “satisfatório” e somente 7,2% apontaram como ruim.

Com a pesquisa de campo também foi possível identificar os níveis de insegurança alimentar dos domicílios. Em 48,7% dos domicílios houve a preocupação de que os alimentos acabassem antes de poderem comprar ou receber mais comida, o que corresponde à insegurança alimentar leve (que é quando não há falta de alimentos, mas a alimentação passa a ser uma preocupação para os residentes). Segundo o Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19, 113 milhões de brasileiros foram afetados com algum grau de insegurança alimentar.

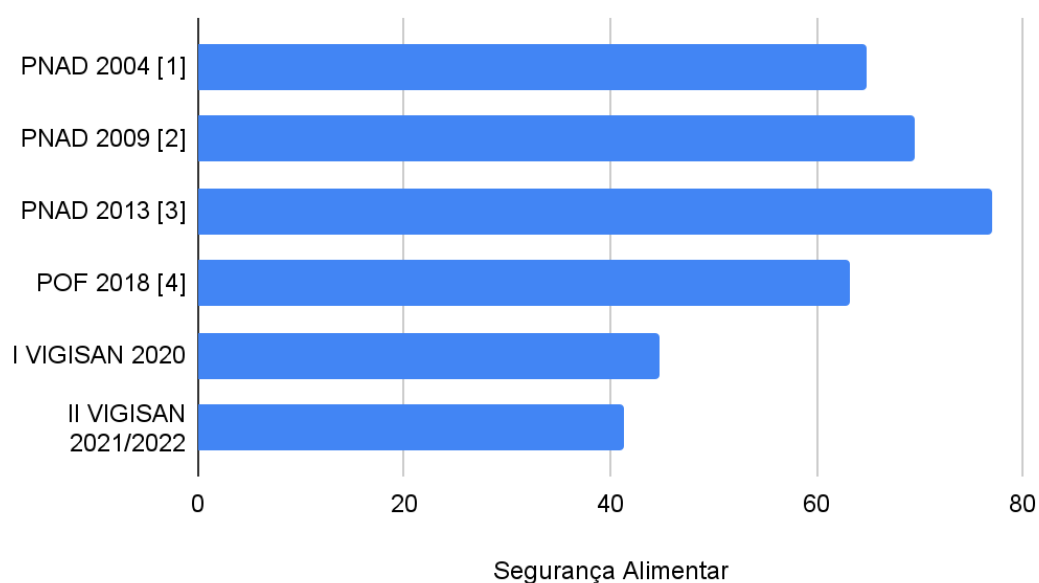
A pesquisa de campo aponta que em 33,6% dos domicílios os alimentos acabaram antes que os moradores tivessem dinheiro para comprar mais comida - o que corresponde à insegurança alimentar moderada (quando afeta a quantidade de alimentos consumidos). No que diz respeito a algum morador ter feito apenas uma ou nenhuma refeição durante um dia inteiro porque não havia dinheiro para comprar comida o percentual foi de 11,2%.

As pandemias e eventos globais de tal magnitude tendem a expor ainda mais as desigualdades sociais de um país (AHMED et al., 2020). E no Brasil não foi diferente: a pandemia da Covid-19 evidenciou as questões de insegurança alimentar, desemprego, educação e outras.

De acordo com a pesquisa “Insegurança Alimentar no Brasil: Pandemia, Tendências e Comparações Globais” realizada pela FGV (2022), o número de brasileiros que não tiveram condições de alimentar a si ou a sua família subiu 6% de 2019 para 2021. O estudo também mostrou que entre os 20% mais pobres a situação de insegurança alimentar piorou durante a pandemia da Covid-19: saindo de 53% em 2019 para 75% em 2021.

No caso da segurança alimentar, de acordo com as estimativas do Inquérito VigiSan (2020) e da PNAD, é visível a queda das taxas de segurança alimentar desde 2013. Esses dados não apenas se confirmam, como apontam um cenário que estava se tornando cada vez mais crítico: até que o “estopim” da pandemia escancarou a situação.

Gráfico 14 - Nível de Segurança Alimentar no Brasil de 2004 a 2021/2022



Fonte: II VIGISAN 2021/2022 a partir de dados reanalisados da: [1] Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2003-2004 (IBGE); [2] Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008-2009 (IBGE); [3] Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013-2014 (IBGE); [4] Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018 (IBGE).

Segundo Ferreira, 2021 (pág. 128-129):

A pandemia de Covid-19 escancarou a fragilidade social e ecológica dos sistemas alimentares globalizados e industriais, os efeitos na agricultura, a crescente preocupação com a escassez generalizada de alimentos, o aumento dos preços e o mergulho de parte considerável da população na condição de insegurança alimentar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todo o material levantado neste estudo parece indicar que há inúmeras motivações para a incidência de insegurança alimentar no Brasil. Entretanto, ficou evidente que a situação econômica do país tem uma alta correlação com níveis de segurança alimentar, com maior ênfase a partir dos anos de 1990.

Os estudos realizados também parecem identificar uma dinâmica particular dos ciclos econômicos no país: uma eterna montanha russa na qual um dos motores principais é a economia internacional, sobretudo nos momentos em que ocorrem declínios nas atividades econômicas. Também ficou evidente que, no decorrer das crises, a demanda por consumo diminui, as taxas de desemprego e de juros se elevam e o custo de vida fica mais alto: conseqüentemente o bem-estar da população, sobretudo as classes mais pobres, é abalado.

Após anos de instabilidade, o Plano Real conseguiu estabilizar a moeda brasileira, mas isso não significou que o salário mínimo cumprisse o que está previsto na Constituição de 1988.

A implementação dos programas sociais “Bolsa Escola”, “Auxílio Gás” e o “Bolsa Alimentação”, no governo de FHC, foram importantes para o desenvolvimento social alcançado no governo seguinte. O popular “Bolsa Família” foi o carro chefe do governo PT, iniciado em 2003, e possibilitou o aumento da renda da população mais pobre: conseqüentemente, uma queda no nível de extrema pobreza. Os programas de transferências de renda não só auxiliavam na renda domiciliar, como também contribuíram para a permanência das crianças e adolescentes nas escolas, o que fortaleceria a educação brasileira.

Após duas décadas de baixo crescimento, o período entre 2003 e 2014, foi caracterizado como “milagrinho”. Crescimento das exportações de commodities, queda na taxa de desemprego e a política de valorização do SM (iniciado no governo Lula), possibilitaram a expansão do consumo e do crédito. Com relação à expansão do crédito, é válido destacar que em 2008 esse volume atingiu 45,2% do PIB brasileiro: a redução da taxa de juros foi uma das ações anticíclicas do governo para conter os efeitos da recessão internacional iniciada em 2007.

Porém, ainda que essa expansão do crédito possa ter permitido melhorias na vida da classe trabalhadora, dando-lhe possibilidade de adquirir bens que antes estavam totalmente fora de sua realidade, essa facilidade parece ter trazido como consequência a inadimplência de milhares de brasileiros: que tem aumentado ao longo dos últimos anos. Exemplo dessa forma de endividamento é o empréstimo consignado através do Auxílio Brasil, disponibilizado pela Caixa

Econômica Federal (CEF): em apenas 11 dias, a instituição já concedeu mais de 4 bilhões em empréstimos<sup>7</sup>. As parcelas do empréstimo são debitadas automaticamente dos beneficiários, mas os juros altíssimos podem comprometer a renda familiar por um longo período. Ou seja, aqueles que estão utilizando o crédito oferecido pela CEF para a subsistência, como comprar comida, sofrerão com condições restritivas por muitos meses.

No que se refere à alimentação, houve redução expressiva no nível de insegurança alimentar grave tanto na zona rural quanto no meio urbano, entre 2004 e 2013: o aumento da segurança alimentar foi de 12,3%. Isso parece ser um dos resultados do programa “Fome Zero”, criado ainda em 2003, e que se constituiu a partir de um conjunto de subprogramas com o intuito de erradicar a fome e a pobreza.

O destaque do primeiro mandato da ex-presidente Dilma Rousseff, iniciado em 2011, foi a geração de empregos: mas foi no seu segundo mandato que o salário mínimo nominal chegou mais próximo do ideal calculado pelo DIEESE. No entanto, a crise política que se instalou em seu governo, resultando em seu impeachment em 2016, intensificou a instabilidade econômica no País. A recessão brasileira de 2014-16 fez o PIB recuar em três anos diferentes (2015, 2016 e 2020), 2020 os motivos foram outros, com destaque para a pandemia .

Após a destituição da presidente Dilma Rousseff, o governo interino de Michel Temer defendeu e aprovou a Reforma Trabalhista que prometia criar mais postos de trabalho<sup>8</sup> e estimular a economia, mas os resultados apontam que não passou de uma promessa. Para os trabalhadores, a reforma proporcionou um ambiente mais instável; para o Estado, menor arrecadação

No quesito segurança alimentar, o período pós impeachment também não apresentou números positivos. De 2013 em diante as taxas de insegurança alimentar têm aumentado significativamente: essa situação afeta desproporcionalmente a população, sendo novamente os pobres aqueles mais atingidos.

Nos anos em que o crescimento econômico foi acompanhado de desenvolvimento social (seja pela diminuição entre a diferença entre o SM real e o SM ideal, seja pela diminuição do índice de Gini), o obstáculo da fome mostrou-se passível de ser combatido com políticas públicas focalizadas, com destaque pela inclusão da população mais pobre via mercado de trabalho. Mas,

---

<sup>7</sup><https://extra.globo.com/economia-e-financas/auxilio-brasil-caixa-empresta-42-bilhoes-de-consignado-beneficiarios-em-apenas-11-dias-25597241.html>

infelizmente, esse processo foi interrompido. O que temos observado é que, em consonância com as chamadas “reformas estruturantes”, houve o aumento do desemprego e o aumento da informalidade, fatores que comprometem a renda domiciliar.

*E assim no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra a escravatura atual, a fome!* (p.30). O trecho retirado do livro “quarto de despejo” refere-se a um dos dias da desalentada que levava a vida como coletora de lixo. Após 62 anos desde a escrita da frase, milhares de brasileiros encontram-se na mesma situação da autora. A pandemia da covid-19 desmascarou as fraquezas do sistema capitalista brasileiro e dentre elas está um problema que vem só vem crescendo desde 2013 - a fome.

O período de quarentena durante a pandemia não foi realidade para todos: muitos dos trabalhadores em situação de informalidade não tiveram a chance de cumprir o isolamento, sendo obrigados a colocar sua vida e de sua família em risco já que esta era a única maneira para assegurar as despesas do domicílio. Ainda que o Auxílio Emergencial tenha contemplado milhares de brasileiros, o valor ofertado pelo Governo Federal não foi suficiente para suplantar os impactos da pandemia na renda domiciliar.

Por fim, cabe ressaltar que a incidência de insegurança alimentar no Brasil é moralmente inadmissível. O país é um dos maiores produtores de alimentos do mundo, com safras recordes anualmente: ou seja, a fome brasileira é resultado político de um processo que tem priorizado o capital ao invés de prezar e buscar pelo bem estar coletivo.

Este trabalho não priorizou ou foi direcionado ao estudo sobre o sistema tributário brasileiro, mas é importante destacar que os tributos sobre os alimentos parecem favorecer uma alimentação baseada em ultraprocessados. O baixo custo dos alimentos industrializados contribui para a incidência de doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), além de comprometer o acesso à uma alimentação saudável dentro dos parâmetros culturais de cada região brasileira.

No modelo capitalista, o alimento é entendido como mercadoria, o que indica uma contradição entre o que é buscado e realizado pelo mercado e o desejado e previsto constitucionalmente; isso faz com que, para alguns, uma alimentação saudável (ou até mesmo alimentar-se) seja considerada artigo de luxo. Mais do que isso, a alimentação torna-se mero “serviço como qualquer outro”, em que o único fator relevante é sua capacidade, enquanto processo de produção e distribuição, de realizar lucros.

Tendo em vista o resultado desta investigação, elenco aqui algumas propostas que poderiam modificar esse quadro geral (em sua maioria uma retomada de políticas anteriores, tiveram resultados satisfatórios, porém deixaram de ser realizadas): retorno da política de valorização do SM (dados seus encadeamentos sobre aposentados e pensionistas, para além do mercado de trabalho formal), retorno da política de estoques regulatórios de alimentos (abandonado ainda no último governo Dilma, poderia auxiliar no abrandamento da oscilação de preços destes produtos), retorno da política de restaurantes/cozinhas populares (de modo a garantir retornos de escala e atendimento da população em situação mais vulnerável), redução da tributação incidente sobre o consumo, elevação da tributação sobre renda, patrimônio, herança e lucros (sobretudo de operações financeiras), taxaço de importações (em específico para alimentos), inclusão de um mandato referente a taxa de emprego pelo Banco Central.

A fome, portanto, não é um problema de natureza técnica, sobre a qual não teríamos meios ou condições de sobrepujar, mas um problema de natureza política: mais especificamente, de economia política.

## REFERÊNCIAS

- Democracia e Mundo do Trabalho . Políticas de austeridade lançam na pobreza um quarto dos europeus. [S.l.], -, 2015. Disponível em: <https://www.dmtemdebate.com.br/politicas-de-austeridade-lancam-na-pobreza-um-quarto-dos-europeus/>. Acesso em: 24 jul. 2022.

- Lula, site oficial. Desmanipulando: Desigualdade de renda no Brasil caiu durante os governos do PT, segundo estudo inédito. Brasil: Lula, site oficial, 2022. Disponível em: <https://lula.com.br/desmanipulando-desigualdade-de-renda-no-brasil-caiu-durante-os-governos-do-pt-segundo-estudo-inedito/>. Acesso em: 25 set. 2022.

2 cap

[Constituição (1934)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal.

\_\_\_\_\_. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2021 Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101950\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101950_informativo.pdf)>. Acesso em: 02 nov. 2022.

ABIA. Associação Brasileira da Indústria de Alimentos ( ABIA). A indústria brasileira de alimentos e bebidas. [S.l.]. ABIA, 2022. Disponível em: <https://www.abia.org.br/vsn/temp/z2022413Infografico2022frenteverso.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2022.

ADRIANA FERREIRA SILVA. cepea. DESIGUALDADE INFLACIONADA: OS EFEITOS DA INFLAÇÃO SOBRE AS DIFERENTES CLASSES DE RENDA. São Paulo: cepea, 2022. Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/opinia0-cepea/desigualdade-inflacionada-os-efeitos-da-inflacao-sobre-as-diferentes-classes-de-renda.aspx#:~:text=Respons%C3%A1vel%20por%20uma%20s%C3%A9rie%20de,maior%20penaliza%C3%A7%C3%A3o%20aos%20mais%20pobres>. Acesso em: 4 nov. 2022.

AgroStat (MAPA). Disponível em: <http://indicadores.agricultura.gov.br/agrostat/index.htm>. Acesso: 14 nov. 2022

ALEJANDRA AGUDO. EL PAÍS . Lutar contra a pobreza, nos países ricos também. Madri: EL PAÍS, 2014. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2014/01/27/sociedad/1390832915\\_191946.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2014/01/27/sociedad/1390832915_191946.html). Acesso em: 19 jul. 2022.

ANA MARIA CASTRO. NEXO. JOSUÉ DE CASTRO E A DESCOBERTA DA FOME. [S.l.]. NEXO, 2021. Disponível em: <https://pp.nexojournal.com.br/opiniao/2021/Josue%CC%81-de-Castro-e-a-descoberta-da-fome>. Acesso em: 2 nov. 2022.

ANNA COOBAN. CNN Brasil. Fortuna de bilionários do mundo cresceu 60% durante a pandemia. [S.l.]. CNN Brasil, 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/fortuna-de-bilionarios-do-mundo-cresceu-60-durante-a-pandemia/>. Acesso em: 23 mai. 2022.

ARAÚJO, M. L. D. *et al.* Dimensões da escala brasileira de insegurança alimentar na atenção primária à saúde. DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde , [s. l.], 26 dev. 2020 2238-913X. DOI: <https://doi.org/https://doi.org/10.12957/demetra.2021.56822>. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/demetra/article/view/56822/38612>. Acesso em: 26 jul. 2022.

ARRUDA, Bertoldo Kruse Grande de; ARRUDA, Ilma Kruse Grande de. Marcos referenciais da trajetória das políticas de alimentação e nutrição no Brasil. SciElo, Recife, PE, 5 out. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbsmi/a/BKSyxMzDBqRP5WgkRC66j9c/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 19 jul. 2022.

BANCO MUNDIAL. Relatório de Desenvolvimento Mundial 2022: Finanças a Serviço de uma Recuperação Equitativa . Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial, Washington, DC, 2022. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/36883/9781464817304.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2022.

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (Brasil). BNDES 60 anos: perspectivas setoriais. Rio de Janeiro : Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2012. p. 12-41. ISBN: 9788587545442 (v.1)

BEATRIZ SANZ. El País. O lado obscuro do ‘milagre econômico’ da ditadura: o boom da desigualdade. São Paulo: el país, 2017. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/29/economia/1506721812\\_344807.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/29/economia/1506721812_344807.html). Acesso em: 27 set. 2022.

BRASIL. Constituição (1946). Lex: Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 18 de setembro de 1946. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm). Acesso em: 25 set. 2022.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN. Diário Oficial da União. Brasília, 15 set. 2006.

Brasil: Gazeta do Povo, 2022. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2022/de-lula-a-bolsonaro-como-foi-o-emprego-em-cada-governo-nos-ultimos-20-anos/>. Acesso em: 26 out. 2022.

CÉLIO YANO. Gazeta do Povo. -. Lula, site oficial. Desmanipulando: Desigualdade de renda no Brasil caiu durante os governos do PT, segundo estudo inédito. Brasil: Lula, site oficial, 2022. Disponível em: <https://lula.com.br/desmanipulando-desigualdade-de-renda-no-brasil-caiu-durante-os-governos-do-pt-segundo-estudo-inedito/>. Acesso em: 25 set. 2022..

CLAUDIA FELCZAK. Agência Brasil. Com alta do gás e de alimentos, especialistas orientam como economizar. Brasília: Agência Brasil, 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-10/com-alta-do-gas-e-de-alimentos-especialistas-orientam-como-economizar>. Acesso em: 15 out. 2022.

Conferência Mundial da Alimentação da ONU. (1996). “Declaração de Roma Sobre a Segurança Alimentar Mundial e Plano de Acção da Cimeira Mundial da Alimentação”. Roma.

CÚPULA DO MILÊNIO DAS NAÇÕES UNIDAS FOI , 2000, Nova York: Declaração do Milênio das Nações Unidas [...]. ONU, Disponível em: [https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/declaracao\\_milenio\\_nacoes\\_unidas.pdf](https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/declaracao_milenio_nacoes_unidas.pdf). Acesso em: 20 jul. 2022.

DANIEL LIME. Agência Brasil. Salário mínimo sofreu diversas variações desde 1940 e perdeu poder de compra. -: Agência brasil, 2011. Disponível em:

<https://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2011-02-16/salario-minimo-sofreu-diversas-variacoes-desde-1940-e-perdeu-poder-de-compra>. Acesso em: 25 set. 2022.

DANIEL SILVEIRA. G1 . Cerca de 18,4 milhões de brasileiros não recebem água encanada diariamente, aponta IBGE. Rio de Janeiro: G1, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/05/06/cerca-de-184-milhoes-de-brasileiros-nao-recebem-agua-encanada-diariamente-aponta-ibge.ghtml>. Acesso em: 30 out. 2022.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Política de valorização do Salário Mínimo: aplicação da MP 421 em 1º de março. [S.l.]. Dieese, 2008. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2008/notatec62SalarioMinimo2008.pdf>. Acesso em: 6 set. 2022.

DIEESE . DIEESE . Custo da cesta básica diminui em 12 capitais. São Paulo: (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), 2022. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2022/202209cestabasica.pdf>. Acesso em: 19 out. 2022.

Dinâmica e diferenças dos preços dos alimentos no Brasil [livro eletrônico] : relatório / organização Paula Johns , Marília Sobral Albiero. -- São Paulo : ACT Promoção da Saúde, 2021. PDF ISBN 978-65-996409-1-9 . Disponível em: [https://evidencias.tributosaudavel.org.br/wp-content/themes/act-theme/LO\\_ACT\\_diferenca-e-dinamica\\_REV01.pdf](https://evidencias.tributosaudavel.org.br/wp-content/themes/act-theme/LO_ACT_diferenca-e-dinamica_REV01.pdf). Acessado em: 08/11/2022

ELIAS, D. O ALIMENTO-MERCADORIA E A FOME NO BRASIL: THE FOOD AS A COMMODITY AND THE HUNGER IN BRAZIL. Boletim Goiano de Geografia, Goiânia, v. 41, n. 1, 2021. DOI: 10.5216/bgg.v41.69103. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/69103>. Acesso em: 14 nov. 2022.

ELISIO CONTINI E ADALBERTO ARAGÃO. Embrapa. O Agro Brasileiro alimenta 800 milhões de pessoas. [S.l.]. Embrapa, 2021. Disponível em: [file:///C:/Users/Publico/Downloads/Popula%C3%A7%C3%A3o%20alimentada%20pelo%20Brasil%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Publico/Downloads/Popula%C3%A7%C3%A3o%20alimentada%20pelo%20Brasil%20(2).pdf). Acesso em: 14 nov. 2022.

Estudo Técnico No. 01/2014 Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA: análise psicométrica de uma dimensão da Segurança Alimentar e Nutricional. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/acervosocial/wp-content/uploads/sites/7/2017/08/328.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2022.

FAGNOLI, Marcela Martins. "Almoçar bem é no SAPS!": os trabalhadores e o Serviço de Alimentação da Previdência Social (1940 - 1950). Orientador: Dr. Jorge Ferreira. 2011. 117 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de história , (Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói , 2011. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1541.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2022.

FAO. The State of Food Security and Nutrition in the World 2021: Transforming food systems for food security, improved nutrition and affordable healthy diets for all. The State of the World , Roma, 2021. Disponível em: <https://www.fao.org/3/cb4474en/cb4474en.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2022.

FERREIRA, Lilian Vitor do Nascimento. (In)segurança alimentar: retrocessos durante a pandemia de covid-19 no brasil. 2021. 184 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional, Faculdade de Direito, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2022. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/25419>. Acessado em: 13/11/2022

G1. G1. Auxílio Emergencial representa aumento de 24% na renda dos trabalhadores, diz estudo. [S.l.]. G1, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/07/30/auxilio-emergencial-representa-aumento-de-24percent-na-renda-dos-trabalhadores-diz-estudo.ghtml>. Acesso em: 2 nov. 2022.

Galindo, Eryka; Marco Antonio Teixeira, Melissa De Araújo, Renata Motta, Milene Pessoa, Larissa Mendes e Lúcio Rennó. 2021. “Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil.” Food for Justice Working Paper Series, no. 4. Berlin: Food for Justice: Power, Politics, and Food Inequalities in a Bioeconomy. DOI 10.17169/ refubium-29554 ISBN: 978-3-96110-370-6. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/files/relatorio%20pesquisa%20Berlim%20UFMG.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2022.

HIGA, Carlos César. "Guerra do Yom Kippur"; *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/guerras/guerra-yom-kippur.htm>. Acesso em 27 de setembro de 2022.

Hiratuka, C. ., & Sarti, F. . (2016). RELAÇÕES ECONÔMICAS ENTRE BRASIL E CHINA: ANÁLISE DOS FLUXOS DE COMÉRCIO E INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO. *Revista Tempo Do Mundo*, 2(1), 83-98. Recuperado de <https://www.ipea.gov.br/revistas/index.php/rtm/article/view/50>. Acesso em: 24 out. 2022.

IURI CORSINI. CNN Brasil. Renda do brasileiro cai 9,4% durante a pandemia, diz FGV. Rio de Janeiro: CNN Brasil, 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/fgv-aponta-queda-abrupta-da-renda-media-do-brasileiro-desde-2019/>. Acesso em: 4 nov. 2022.

JONAS VALENTE. Agência Brasil. Mais da metade dos brasileiros estava com sobrepeso em 2021. Brasília: Agência Brasil, 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2022-04/mais-da-metade-dos-brasileiros-estava-com-sobrepeso-em-2021>. Acesso em: 8 nov. 2022.

JOSÉ ALDERIR SILVA. Revista pesquisa e debate. O Milagre Econômico e a Primeira Década dos anos 2000: crescimento comparado sob a ótica dos regimes de demanda Wage-Led e Profit-Led . [S.l.]. Revista pesquisa e debate, -. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/view/36395/25968>. Acesso em: 25 set. 2022.

JOSÉ ALDERIR SILVA. Revista pesquisa e debate. O Milagre Econômico e a Primeira Década dos anos 2000: crescimento comparado sob a ótica dos regimes de demanda Wage-Led e Profit-Led . [S.l.]. Revista pesquisa e debate, 2018. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/view/36395/25968>. Acesso em: 25 set. 2022.

JUCA GUIMARÃES. Brasil de Fato. Reforma trabalhista reduziu renda, não gerou emprego e precarizou trabalho. São Paulo: -, 2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/11/11/reforma-trabalhista-reduziu-renda-nao-gerou-emprego-e-precarizou-trabalho>. Acesso em: 2 nov. 2022.

LÉO RODRIGUES . Agência Brasil. Brasil tem quase 10,8 milhões de pessoas morando sozinhas. Rio de Janeiro: Agência Brasil, 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-07/brasil-tem-quase-108-milhoes-de-pessoas->

[morando-sozinhas#:~:text=Em%202021%2C%20esse%20n%C3%BAmero%20subiu,Geografia%20e%20Estat%3%ADstica%20\(IBGE\)](#) . Acesso em: 15 out. 2022.

LETÍCIA FONSECA DA SILVA . -. A influência do Salário Mínimo na Desigualdade de Renda do Brasil . Brasília: Faculdade de Administração, Economia e Contabilidade – FACE Departamento de Economia , 2019. Disponível em: [https://bdm.unb.br/bitstream/10483/26220/1/2019\\_LeticiaFonsecaDaSilva\\_tcc.pdf](https://bdm.unb.br/bitstream/10483/26220/1/2019_LeticiaFonsecaDaSilva_tcc.pdf). Acesso em: 27 set. 2022.

LINDA YUEH. BBC News Brasil. Um crescimento econômico menor e melhor?. -: BBC News Brasil, 2013. Disponível em: [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/07/130715\\_crescimento\\_menor\\_rp](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/07/130715_crescimento_menor_rp). Acesso em: 26 out. 2022.

LU SUDRÉ. Brasil de Fato. Combate à fome é reconhecido por Nobel enquanto Brasil retrocede e vê problema voltar. São Paulo: -, 2020. -. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/10/09/combate-a-fome-e-reconhecido-por-nobel-enquanto-brasil-retrocede-e-ve-problema-voltar>. Acesso em: 26 jul. 2022.

LUIS BARRUCHO. BBC News Brasil. 50 anos do AI-5: Os números por trás do 'milagre econômico' da ditadura no Brasil. Londres: BBC News Brasil, 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45960213>. Acesso em: 27 set. 2022.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA . Gov.br. Responsável familiar é mulher em 81,6% dos lares que recebem o Auxílio Brasil em setembro. -: Ministério da cidadania , 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/responsavel-familiar-e-mulher-em-81-6-dos-lares-que-recebem-o-auxilio-brasil-em-setembro#:~:text=Aux%C3%ADlio%20Brasil-,Respons%C3%A1vel%20familiar%20%C3%A9%20mulher%20em%2081%2C6%25%20dos%20lares%20que,o%20Aux%C3%ADlio%20Brasil%20em%20setembro&text=Oito%20em%20cada%20dez%20respons%C3%A1veis,setembro%20de%202022%20s%C3%A3o%20mulheres>. Acesso em: 15 nov. 2022.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. -. Brasil sai do Mapa da Fome das Nações Unidas, segundo FAO. Brasília: Ministério da Cidadania, 2014. Disponível em: <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2014/setembro/brasil-sai-do-mapa-da-fome-das-nacoes-unidas-segundo-fao>. Acesso em: 6 set. 2022.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. Gov.br. Auxílio Brasil de no mínimo R\$ 400 reduz a pobreza e injeta recursos na economia dos municípios. Brasília: Ministério da Cidadania, 2022. Disponível em:

<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/auxilio-brasil-de-no-minimo-r-400-reduz-a-pobreza-e-injeta-recursos-na-economia-dos-municipios#:~:text=A%20pesquisa%20do%20IPEA%20mostra,moderado%20de%201%2C38%25%20na>. Acesso em: 22 out. 2022.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. GOV.BR. Beneficiários por público:. Brasília: Ministério da Cidadania, 2022. Disponível em: <https://docs.google.com/document/d/1YKjNnC3TLXfAkuDhAJ027FDYxAAasen8BqqToMl3vP68/edit>. Acesso em: 22 out. 2022.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. Nações Unidas Brasil. Crescimento da renda dos 20% mais pobres ajudou Brasil a sair do mapa da fome, diz ONU. Brasil: Nações Unidas Brasil, 2015. Disponível em:

<https://brasil.un.org/pt-br/69656-crescimento-da-renda-dos-20-mais-pobres-ajudou-brasil-sair-do-mapa-da-fome-diz-onu>. Acesso em: 19 jul. 2022.

OPAS. Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) . Histórico da pandemia de COVID-19. -: Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) , 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso em: 22 out. 2022.

OSWALDO PEDROSA E ANTÔNIO CORRÊA. FGV Energia. A CRISE DO PETRÓLEO E OS DESAFIOS DO PRÉ-SAL. Brasil: FGV, 2016. Disponível em: <https://fgvenergia.fgv.br/opinioes/crise-do-petroleo-e-os-desafios-do-pre-sal>. Acesso em: 24 out. 2022.

PAZ, S. N. ANÁLISE DA TRIBUTAÇÃO DO CONSUMO NO BRASIL . Orientador: Carlos Eugênio Ellery Lustosa da Costa . 2008. 101 f. TCC (Graduação) - Curso de Economia, ESCOLA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA , FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: [https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2195/065204040\\_Sue-Ellen.pdf](https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2195/065204040_Sue-Ellen.pdf). acesso em: 3 nov. 2022.

Produção de alimentos no Brasil: geografia, cronologia e evolução. Brasil (2021). Imaflora. — 137 páginas. Disponível em: [https://www.imaflora.org/public/media/biblioteca/producao\\_de\\_alimentos\\_no\\_brasil\\_geografia\\_cronologia\\_e\\_evolucao.pdf](https://www.imaflora.org/public/media/biblioteca/producao_de_alimentos_no_brasil_geografia_cronologia_e_evolucao.pdf) Acesso em 14 nov.2022

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), divulgou um relatório sobre os níveis de pobreza no mundo. Nele os resultados apontam que 1,3 bilhão de pessoas vivem em pobreza multidimensional.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (REDE PENSSAN). Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil: I VIGISAN. 2022. E-book. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2022/10/14/olheestados-diagramacao-v4-r01-1-14-09-2022.pdf> . Acesso: 06 nov. 2022

Revista POLI: saúde, educação e trabalho - jornalismo público para o fortalecimento da Educação Profissional em Saúde ISSN 1983-909X. Acesso em 11 nov. 2022.

RODRIGO GOMES. Rede Brasil Atual. Tributação de ICMS favorece consumo de alimentos ultraprocessados. *[S.l.]*. Rede Brasil Atual, 2021. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/saude-e-ciencia/tributacao-de-icms-favorece-consumo-de-alimentos-ultraprocessados/>. Acesso em: 3 nov. 2022.

ROGÉRIO JERÔNIMO BARBOSA. Repositório do conhecimento do IPEA. ESTAGNAÇÃO DESIGUAL: DESEMPREGO, DESALENTO, INFORMALIDADE E A DISTRIBUIÇÃO DA RENDA DO TRABALHO NO PERÍODO RECENTE (2012-2019). -: IPEA, 2019. Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9949#:~:text=Reposit%C3%B3rio%20do%20Conhecimento%20do%20Ipea,per%C3%ADodo%20recente%20\(2012%2D2019\)&text=Abstract%3A,os%20microdados%20da%20PNAD%20Cont%C3%ADnua..](https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9949#:~:text=Reposit%C3%B3rio%20do%20Conhecimento%20do%20Ipea,per%C3%ADodo%20recente%20(2012%2D2019)&text=Abstract%3A,os%20microdados%20da%20PNAD%20Cont%C3%ADnua..) Acesso em: 2 nov. 2022.

SAIM, Paulo. Salário mínimo : uma história de luta. Brasília: Senado Federal, Gabinete do senador Paulo Paim, 2005. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/180154>. Acesso em: 25 set. 2022.

SANTOS, Milton. Pode-se definir "pobreza"?. *In*: SANTOS, Milton. Pobreza Urbana. São Paulo: Edusp, 2009. p. 18-19.

Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea , 1990- ISSN 1415-4765 1.Brasil. 2.Aspectos Econômicos. 3.Aspectos Sociais. I. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. CDD 3

Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea , 1990- ISSN 1415-4765 1.Brasil. 2.Aspectos Econômicos. 3.Aspectos Sociais. I. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. CDD 330.908. Acesso em: 25 set. 2022

Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea , 1990- ISSN 1415-4765 1.Brasil. 2.Aspectos Econômicos. 3.Aspectos Sociais. I. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3019/1/TD\\_1953.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3019/1/TD_1953.pdf). Acesso em: 2 nov. 2022.

Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea , 1990- ISSN 1415-4765 1.Brasil. 2.Aspectos Econômicos. 3.Aspectos Sociais. I. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10306/1/td\\_2610.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10306/1/td_2610.pdf). Acessado em: 03 nov. 2022

THAÍS DAMASCENO LIMA E LARISSA NAVES DEUS. Cadernos de Economia. A crise de 2008 e seus efeitos na economia brasileira . [S.l.]. Cadernos de Economia, 2013. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rce/article/view/1651>. Acesso em: 26 out. 2022.

UNICEF. UNICEF. AUXÍLIO EMERGENCIAL DURANTE A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS. -: UNICEF, 2020. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/8031/file/cartilha-auxilio-emergencial-covid-19.pdf>. Acesso em: 22 out. 2022.

VENDRAMINI, Ana Lúcia do Amaral; OLIVEIRA, José Carlos de; CAMPOS, Maria Aparecida. Segurança alimentar: Conceito, história e Prospectiva. *In*: SEGURANÇA alimentar no contexto da vigilância sanitária: reflexões e prática. Rio de Janeiro: [s. n.], 2014. cap. 2, p. 37 - 38.

VINICIUS LISBOA. Agência Brasil. desemprego de longo prazo cresce 42,4% entre 2015 e 2019. Brasília: Agência Brasil, 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-06/desemprego-de-longo-prazo-cresce-424-entre-2015-e-2019>. Acesso em: 5 nov. 2022.

**APÊNDICE 1 - Questionário da pesquisa de campo: condições de segurança alimentar dos moradores da Região Metropolitana do Rio de Janeiro**

1. Cidade de moradia / Bairro de moradia
2. Quantas pessoas residem na casa (incluindo você)
  - 1
  - 2
  - 3
  - 4
  - 5 ou mais
3. Qual a principal forma de abastecimento de água utilizada neste domicílio?
  - Rede geral de distribuição
  - Poço profundo ou artesiano
  - Água da chuva armazenada
  - Outra forma, especifique: \_\_\_\_\_
4. Qual combustível é usado neste domicílio na preparação dos alimentos?
  - Gás de botijão ou encanado
  - Lenha ou carvão
  - Energia elétrica
  - Outra forma, especifique: \_\_\_\_\_
5. Valor total da renda bruta (somando o rendimento de todos que contribuem para renda familiar)
  - Até R\$ 1.100,00
  - De R\$ 1.100,01 até R\$ 1.650,00.
  - De R\$ 1.650,01 até R\$ 2.200,00.
  - De R\$ 2.200,01 até R\$ 2.750,00.
  - De R\$ 2.750,01 até R\$ 3.300,00.
  - De R\$ 3.300,01 até R\$ 4.400,00.
  - De R\$ 4.400,01 até R\$ 5.500,00.

- Acima de R\$ 5.500,00
6. Número de pessoas que são responsáveis pela renda:
- 1
  - 2
  - 3
  - 4
  - 5 ou mais
7. Número de pessoas que vivem da renda (inclusive os responsáveis)
- 1
  - 2
  - 3
  - 4
  - 5 ou mais
8. O(s) responsável (is) pela renda tem empregos formais?
- sim
  - não
9. Houve alteração no valor da renda bruta a partir da pandemia?
- sim
  - não
10. Caso a resposta da pergunta anterior tenha sido "sim" a alteração foi para:
- mais
  - menos
11. Na sua opinião, o rendimento total da sua família permite que você(s) leve(m) a vida até o fim do mês com:
- Muita facilidade
  - Alguma facilidade
  - Pouca facilidade
  - Muita dificuldade
  - Alguma Dificuldade
  - Pouca dificuldade

12. Em relação à alimentação como você avalia o padrão alimentar da sua família:

- Bom
- Satisfatório
- Ruim

13. Levando em conta a situação atual da sua família, qual seria o valor mensal mínimo estimado para cobrir os gastos com alimentação de toda sua família?

- Até R\$ 1.100,00
- De R\$ 1.100,01 até R\$ 1.650,00.
- De R\$ 1.650,01 até R\$ 2.200,00.
- De R\$ 2.200,01 até R\$ 2.750,00.
- De R\$ 2.750,01 até R\$ 3.300,00.
- De R\$ 3.300,01 até R\$ 4.400,00.
- De R\$ 4.400,01 até R\$ 5.500,00.
- Acima de R\$ 5.500,00

14. Nos últimos meses, os moradores deste domicílio tiveram a preocupação de que os alimentos acabassem antes de poderem comprar ou receber mais comida?

- sim
- não

15. Nos últimos meses, os alimentos acabaram antes que os moradores deste domicílio tivessem dinheiro para comprar mais comida?

- sim
- não

16. Nos últimos meses, alguma vez, algum morador fez apenas uma refeição ao dia ou ficou sem comer por um dia inteiro porque não havia dinheiro para comprar comida?

- sim
- não